Povo livre

Director: Duarte Lima — ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA — N.º 730 • 7 de Dezembro de 1988 • Preço 30$00

Cimeira de Rodes avançou questões novas de interesse para Portugal

A cimeira que, no fim de semana passado, reuniu na ilha grega de Rodes os chefes dos executivos dos doze Estados-membros da CEE, permitiu, conforme considerou o Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, «uma reflexão tranquila sobre os trabalhos que têm de ser desenvolvidos para realizar a construção europeia e também sobre o futuro da Comunidade».



Os chefes dos executivos da CEE na foto tradicional das cimeiras.

DA cimeira sairam algumas tomadas de posição formais por parte dos Doze que não deixam de ser significativas. Para já, a rejeição do conceito da Europa entendida como uma «fortaleza», ou seja, que a Comunidade Europeia passará, após a concretização do Acto Único em 1992, a ser uma entidade económica fechada sobre si mesma.

Rumores que têm surgido em várias instâncias internacionais sobre a possibilidade da Europa se rodear de barreiras proteccionistas em relação ao exterior, após a entrada em vigor do regime de livre circulação interna de pessoas, bens e serviços, foram rejeitados pelos responsáveis comunitários ao formalizarem uma declaração de que a Europa permanecerá aberta ao exterior após 1992.

(Continua na página 6)

Desemprego em Portugal é dos mais baixos na Europa Comunitária

O ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, afirmou, em Setúbal, que «a taxa de desemprego em Portugal é satisfatória em comparação com outros países da Europa, pois somente o Luxemburgo apresenta uma taxa mais baixa».

Silva Peneda falava no Governo Civil, após uma reunião com os presidentes dos centros regionais de Segurança Social de Setúbal, Beja, Évora, Portalegre e Faro, em que fez uma análise dos planos de actividade daqueles centros para 1989.

Referindo-se ao valor das obras a concluir naqueles distritos, em 1989, na área do seu Ministério, anunciou que é de 837 mil contos e que vão ser feitos investimentos superiores a 900 mil contos.

O ministro acrescentou que os mesmos distritos e o de Santarém serão objecto, no próximo ano, de acordos de cooperação que importam em 3,7 milhões de contos, de que 1,1 milhões se destinarão a Setúbal.

Evocação de Sá Carneiro



Na Basílica da Estrela, em Lisboa, por iniciativa da Comissão Política Nacional do PSD, foi celebrada, no passado domingo, missa de oitavo aniversário da morte de Sá Carneiro, a que estiveram presentes o Prof. Cavaco Silva, dirigentes do PSD, muitos militantes e centenas de outras pessoas. Por todo o País e nas comunidades portuguesas no estrangeiro realizaram-se também numerosas cerimónias evocativas. Em Vila Nova de Gaia foi descerrado um busto de Sá Carneiro em acto presidido pelo ministro Fernando Nogueira e pela mãe de Sá Carneiro.



SUMÁRIO

- *Flagrantes* (pág. 3)
- *Opinião* (pág. 4)
- *A Mulher e o Poder Local* (pág. 11)

Lívio Borges ao «P.L.»

A regionalização administrativa será brevemente imperiosa e irreversível

Em 3 de Setembro de 1986, «Povo Livre» publicou uma entrevista em que foram abordadas algumas questões fundamentais relativas à viragem operada na *ANASD*. Passados dois anos pareceu-nos conveniente obter de Lívio Borges, como Presidente do Conselho Directivo da *ANASD*, a análise do processo feito.

«Povo Livre» — Quais foram os objectivos propostos?

«Lívio Borges» — O Conselho Directivo propôs-se atingir os seis seguintes objectivos:

1.º — Assegurar melhor articulação entre as estruturas do Partido e a ANASD, a nível nacional, distrital e local e accionar a adesão da ANASD ao PSD;

2.º — Promover e intensificar a formação dos autarcas sociais-democratas, em especial para garantir apoio adequado às novas gerações de autarcas;

3.º — Acelerar o processo informativo para divulgação aos autarcas dos dados indispensáveis às tomadas de decisão;

4.º — Cooperar na elaboração da legislação autárquica, em especial no Estatuto dos Eleitos Locais;

5.º — Colaborar a todos os níveis no processo de Regionalização Administrativa do Continente;

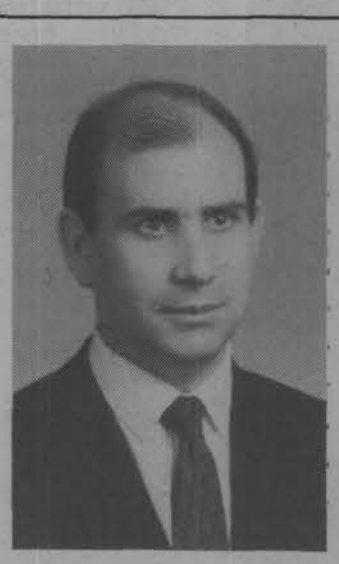
6.º — Aprofundar as formas adequadas de colaboração com o Instituto Progresso Social e Democracia-Francisco

(Continua na página 5)

EDITORIAL

Sá Carneiro entendeu sempre como insuficiente e incompleta a resposta dada pela doutrina liberal clássica aos problemas sociais das sociedades modernas.

Evocar Sá Carneiro



Duarte Lima

NO passado dia 4 decorrem oito anos após a morte trágica e ainda inexplicável de Francisco Sá Carneiro. Não podemos deixar, hoje, de registar essa ocorrência. Para lembrar o homem, o amigo, o fundador principal do nosso partido. Mas essencialmente para lembrar o político, o combatente tenaz pela edificação de um Portugal democrático, moderno e europeu.

Miguel Torga escreveu que ***normalmente*** *os políticos são esquecidos no dia em que morrem. Sá Carneiro é um desses políticos de excepção que foge ao paradigma do escritor de São Martinho de Anta. E escapou a esse paradigma porque compreendeu a alma profunda do País, porque tinha um pensamento político estruturado e porque soube transformar esse pensamento em acção política e em projecto.*

Sá Carneiro não era um liberal clássico, como pretendem alguns que hoje não fazem outra coisa senão louvar-se no seu pensamento. Do liberalismo herdou o respeito pela liberdade individual e pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Mas no campo económico, mesmo nos tempos heróicos da «ala liberal», Sá Carneiro entendeu sempre como insuficiente e incompleta a resposta dada pela doutrina liberal clássica aos problemas sociais das sociedades modernas.

Em Dezembro de 1971, numa célebre entrevista concedida ao jornal «República», conduzida por Jaime Gama, Sá Carneiro define-se pela primeira vez como social democrata sem reticências. Nessa entrevista, Sá Carneiro afirmou explicitamente: ***«Entendo que o poder político tem necessariamente de caminhar para uma intervenção cada vez maior no campo económico e social, a fim de fazer com que as pessoas participem todas elas nos bens da comunidade, bens de cultura, bens económicos. O acesso a todos esses bens é indispensável para que a liberdade não fique, como no século XIX, limitada a um mero conceito, que na prática apenas favorecia uma burguesia que podia efectivamente dar-lhe conteúdo económico».***

E quando confrontado com a questão de poder ter alguma inclinação pela democracia cristã, em virtude da sua formação católica, Sá Carneiro respondeu: ***«Os conceitos de catolicismo progressista e de democracia cristã são bastante equívocos para mim — e não aceito enquadrar-me em qualquer deles. Entendo que os partidos políticos — que considero absolutamente indispensáveis a uma vida política sã e normal — não carecem de ser confessionais, nem devem sê-lo. Daí que não me mostre nada favorável, nem inclinado, a filiar-me numa democracia cristã.»***

Como via Sá Carneiro o papel do Estado na Economia?

Reduzia-o a um papel abstinente, de «laisser faire, laisser passer»? Obviamente que não.

Dizia ele em Junho de 1971, na Assembleia Nacional: ***«Indissociavelmente ligado o Estado liberal às fórmulas económicas do capitalismo, as grandes crises deste são as primeiras a chamar a intervenção do Estado na sociedade, cujos problemas começa a tomar a seu cargo. Desenvolve-se, simultaneamente, a necessidade de uma maior justiça social e é já ao Estado interventor que se exige também a segurança social e o acesso aos bens da cultura, para progressiva realização da igualdade que a sociedade civil fora por si incapaz de proporcionar.***

«Diluiu-se a separação entre a sociedade e o Estado, galga este a distância que o liberalismo prudentemente entre eles mantinha, e o político abeira-se da sociedade civil, toma nas mãos os seus problemas, cuida solícito da sua organização, torna-se seu mentor e dispenseiro dos bens indispensáveis à vida moderna.

«Eis o Estado social, fruto das novas relações entre a sociedade e o poder político, em que aquela se entrega a este, e ele se orienta e determina pelas necessidades dela.

«Qualquer Estado moderno é inevitavelmente um Estado social, pois a nenhum poder politicamente organizado é hoje possível deixar de conformar-se com as realidades sociais e tomar a seu cargo a satisfação das necessidades colectivas».

É este o referencial no qual se move o pensamento de Sá Carneiro, e que origina a matriz ideológica do PSD. Convém hoje lembrá-lo, porque há por aí muito quem queira descaracterizar um e outra.

É nesta matriz que Cavaco Silva entronca. Nunca o escondeu de ninguém, desde 1974. E é esta linha de continuidade política que os portugueses perceberam, e que os levou a ver em Cavaco Silva o melhor continuador da acção política de Sá Carneiro, confiando-lhe esmagadoramente o voto em 19 de Julho de 1987.

É esta continuidade que está presente no imaginário da população portuguesa.

Sá Carneiro não está entre nós. Mas resta-nos a satisfação de estarmos a transformar em realidade, todos os dias, o importante projecto político que nos legou.

Formação autárquica no Algarve

O PSD/Algarve, em colaboração com a ANASD (Associação Nacional de Autarcas Social Democratas), vai levar a efeito duas acções de formação.

Dia 17, na Sede do PSD de Monchique, o I Encontro dos Presidentes de Juntas de Freguesia Social Democratas do Algarve, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

9. 30 — Abertura do Encontro e declaração de boas vindas pelo Presidente da CPS de Monchique, Fernando Várzea

9. 40 — Intervenções dos Presidentes de Juntas de Freguesia

15. 30 — Recomeço dos trabalhos com as intervenções de esclarecimento por parte dos técnicos e responsáveis distritais presentes.

17. 00 — Encerramento do Encontro pelo Presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, Mendes Bota.

*

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

Data — 18 de Dezembro
Local — Castro Marim

Agricultura e defesa do meio ambiente no Algarve

A agricultura e a defesa do meio ambiente acabam por ser os temas centrais de alguns dos mais recentes requerimentos dirigidos pelo deputado algarvio Mendes Bota ao Governo e a outros departamentos da Administração Pública.

Interrogando-se sobre a aparente incompatibilidade das políticas de incentivos do Estado no Algarve, para os sectores da horto-fruticultura e da criação e pastoreio de gado, sem que sejam respeitadas as regras mínimas desta última, com claro prejuízo da primeira, Mendes Bota preconiza a criação de zonas demarcadas na zona serrana.

Tal medida evitaria a invasão das hortas e sementeiras das zona litoral e barrocal do Algarve por parte dos rebanhos de gado lanígero e caprino, já de si prejudicadas pelo factor de escala adveniente da estrutura minifundiária que caracteriza o Algarve.

O deputado Mendes Bota não faz mais, de resto, que corporizar o descontentamento que a este respeito já foi expresso por centenas de agricultores da área de Silves, S. Bartolomeu de Messines e Algoz.

Ainda no campo dos abaixo-assinados, mas agora proveniente da localidade da Lagoa de Mompolé, Concelho de Loulé, Mendes Bota é induzido a alertar a Câmara Municipal daquele Concelho, e os Ministérios do Planeamento e Administração do Território, e da Indústria e Tecnologia, para o perigo potencial que representa para as populações e para o meio ambiente a prevista construção de uma fábrica de betuminoso para estradas.

A sua localização situa-se nas proximidades de uma escola primária e os seus efeitos poluentes podem vir a fazer-se sentir dramaticamente sobre a povoação, à semelhança do que sucede a poucos quilómetros dali, onde a laboração de três pedreiros funcionou durante muitos anos sem controle mínimo, destruindo e inviabilizando milhares de árvores de fruto e centenas de courelas agrícolas.

Finalmente, é de registar a preocupação do mesmo deputado face à polémica que se tem registado entre moradores e proprietários do Concelho de Silves e o Ministério da Justiça, quanto à localização prevista para a construção do Estabelecimento Prisional do Algarve.

Tal localização levanta algumas dúvidas, nomeadamente relacionadas com a ocupação de solos com capacidades agrícola e com o valor das indemnizações que o Estado está na disposição de dar aos proprietários.

Demarcando-se do tom das reivindicações destes últimos, o referido deputado pretende saber até que ponto foram esgotadas as possibilidades de encontrar uma localização alternativa menos conflitual.

Na Assembleia da República, aquele deputado subscreveu ainda dois requerimentos — sobre a oficialização do curso de Informática de Gestão do ISLA e sobre a mudança de localização da barragem das Amoreiras (Cachopo-Tavira).



LEIA E DIVULGUE

POVO LIVRE

Governo prossegue modernização administrativa

Um dos objectivos do programa do Governo é a modernização administrativa e a tomada de medidas que visem facilitar a vida aos cidadãos e aos agentes económicos.

NESTE sentido, o Conselho de Ministros do passado dia 30, aprovou um diploma que regulamenta o funcionamento do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, atingindo um duplo objectivo: garante às entidades sujeitas a registo comercial um interlocutor único na área registral — a conservatória do registo de comércio da sua área — e promove assinalável simplificação de formalidades, levada ao máximo possível sem prejuízo da necessária segurança jurídica.

Disciplina ainda este diploma o licenciamento de firmas e denominações e a inscrição no ficheiro central de pessoas colectivas.

Centro Cultural de Belém

Na sequência das orientações anteriormente traçadas e depois de vários estudos já realizados, o Conselho de Ministros aprovou, um diploma legal que cria formalmente a empresa responsável pelo lançamento da obra de Construção do Centro Cultural de Belém.

Este empreendimento com um valor global previsto de 6 milhões de contos desenvolve-se através da construção de um Centro Museológico, Centro de Exposições Temporárias e Centro de Reuniões, sendo de salientar que será este último o Centro local das reuniões comunitárias integradas na Presidência do Conselho das Comunidades Europeias que Portugal exercerá no primeiro semestres de 1992.

O Conselho de Ministros autorizou o Ministério da Justiça a adquirir um edifício no Porto, pertença da Aliança Seguradora, E. P., pelo valor de 410.000 contos, destinado à instalação dos serviços dos Tribunais Correcionais na Comarca do Porto.

Criado o Instituto da Juventude

Foi aprovado também o diploma que cria o Instituto da Juventude e, em consequência, determina a extinção do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis e da Direcção-Geral da Juventude.

A criação deste novo organismo resulta da necessidade de uma estrutura mais flexível e dinâmica que tenha capacidade para dar uma resposta a um conjunto de novas funções e actividades que surgiram na área da juventude.

Por outro lado, a prossecução da política de juventude deve estar cometida a um único organismo, à semelhança do que sucede quer a nível europeu, quer internacional, o que permitirá uma melhor rentabilização dos recursos existentes, bem como uma maior eficácia na prossecução dos objectivos a realizar.

Novos Programas de Apoio à Agricultura Portuguesa

ACABA de ser aprovado pela Comissão, das Comunidades Europeias, um pacote de 4 novos programas que se vêm juntar aos 12 já em execução, no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).

Os programas ora aprovados, dirigem-se para a construção de novos regadios colectivos, drenagem e conservação do solo, reabilitação dos perímetros de rega e ainda estudos para a análise da agricultura portuguesa. O custo global dos 3 primeiros programas ronda os 26,5 milhões de contos, dos quais 16,7 milhões serão reembolsados pela Comunidade e 5,6 milhões suportados pelo Orçamento do Estado Português.

As regiões mais beneficiadas com estes 3 programas são o Alentejo, Ribatejo e Oeste, Trás-os-Montes, responsáveis por 68% do montante do investimento previsto.

O Programa dos novos regadios colectivos que envolve 18,1 milhões de contos, prevê a construção de 123 regadios para uma primeira fase de 6 anos em todo o território continental. Todas as obras a efectuar ao abrigo deste Programa serão de carácter colectivo beneficiando 11 089 agricultores e uma área de 22 736 hectares.

A sua execução estará a cargo das Direcções Regionais de Agricultura (DRA's), que contarão com o apoio da Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA).

As obras serão financiadas em média, em 85% das despesas elegíveis, das quais 23,75% constituirão encargo do Orçamento do Estado Português.

Na sequência do Programa de drenagem e conservação do solo para a região do Alentejo, o agora apresentado estende-se às restantes regiões agrárias do Continente. As acções previstas, para a 1ª fase de 4 anos, irão beneficiar 42 180 agricultores e 221 067 hectares, tendo um custo estimado de cerca de 4,3 milhões de contos, constituindo apenas 975 mil contos encargos dos Agricultores.

A recuperação de 7 grandes obras de fomento hidro-agrícolo, num total de 15 135 hectares, constitui o principal objectivo, para um período inicial de 5 anos, do Programa de Reabilitação dos Perímetros de Rega. A responsabilidade de execução deste Programa cabe às DRA's que serão apoiadas pela DGHEA e pela respectiva Associação de Regantes e Beneficiárias, podendo, no entanto, ser atribuída a responsabilidade a esta última, caso apresente capacidade para o efeito. Os meios financeiros para a execução deste Programa orçam os 4,1 milhões de contos dos quais 3,5 serão financiados pelo FEOGA e pelo Estado Português.

O outro Programa visa a elaboração, num período de 4 anos, de estudos imprescidíveis ao desenvolvimento do sector agrícola em 2 grandes níveis. O primeiro respeita à cobertura do Território do Continente e das Regiões Autónomas, com as cartas de uso de solo e de capacidade de uso e para as quais está afecta uma verba de 1,1 milhões de contos. O segundo pretende a realização de estudos de eficiência na afectação dos recursos no sector agrícola, destacando-se os Programas de Desenvolvimento Agrícola Regionais (PDAR's). Para esta componente estão orçamentados 876 mil contos.

De referir, por último, que as alterações propostas ao Programa de Beneficiação dos Sistemas Tradicionais de rega na Região Autónoma da Madeira, no sentido de incluir as levadas privadas, e ao Programa de Acção Florestal que foi estendido àquela Região, foram aceites.

Brochado Coelho em Rio Tinto

No próximo dia 16 às 21h30, Brochado Coelho, presidente da Comissão Política Distrital do Porto, está presente no Núcleo de Rio Tinto, Rua da Boavista, 74, para na rubrica «Venha Conversar Com», abordar problemas de interesse político-partidário para a comunidade local.

Actividades da Secção de Sttugart

A exemplo dos anos anteriores a Secção cumprimenta todos os militantes e, através destes, faz os mesmos cumprimentos aos seus familiares e amigos, desejando a todos um Santo Natal e um Próspero Ano Novo.

No passado dia 4, a Secção mandou celebrar uma missa em memória das vítimas de Camarate aquando do acidente que vitimou Sá Carneiro e seus acompanhantes.

Deu-se também continuação ao Campeonato de Kegel para disputa da final de 1988 que teve lugar no Restaurante Alte Kutsche.

Seguidamente houve um almoço de confraternização na Casa de Portugal em Stuttgart.

FLAGRANTES 25

Política... (?)



FERNANDO AMARAL

A Política não se vende; não é uma mercancia. A Política transmite-se, comunica-se, explica-se. É um lançar, sobre a mesa da Opinião Pública, as cartas a descoberto, não viciadas nem repetidas. Com elas os esclarecimentos imprescindíveis para informarem «os porquês», «os para quês» e «o como».

O «porquê fazer», o «para quê» fazer e «como» realizar condicionam as regras do jogo aberto e limpo que mobiliza os políticos à sujeição necessária da crítica do Povo que representam.

É que a primeira missão dos responsáveis políticos é a da formação e da informação permanentes dos seus concidadãos para que estes possam julgar das suas propostas, das suas intenções, dos seus objectivos. Neles estão interessados os destinos de cada um e o futuro colectivo de que fazem parte.

Porque o desenvolvimento da acção política determina a vida ou a anestesia dos Povos ela é uma coisa demasiado séria e grave para que se lhe permitam caminhos de afirmação clandestinos ou obscuros. A clareza dos propósitos, a nobreza das intenções e idoneidade dos processos têm de passar pelo crivo do diálogo e da discussão para que a demagogia improvisada não fira nem rasgue o senso moral de que devem revestir-se os actos políticos. É o senso moral que prestigia a inteligência de que aqueles possam ser servidos. Por isso, a classe política deve recusar a fraqueza da publicidade fácil ou a tutela duma sub-cultura estreita.

O político deve dizer a verdade, frontal e inteira, com humildade e aprumo, ainda que ela o arraste para o plano de uma impopularidade tantas vezes injusta e trucidante. O preço a pagar pode ser duro... mas vale a pena suportá-lo. Sem transigências nem abdicações. Ele será o melhor testemunho da tranquilidade da consciência.

Dizia alguém, que tinha a particular virtude de dar às ideias formas definitivas, que «quem entra na política, a primeira coisa que tem a fazer é sacrificar-lhe os melindres e as susceptibilidades do seu carácter. Esta é a jóia de entrada». Nós, porém, pensamos que para além da jóia terá ainda de pagar as quotas que lhe são debitadas por cada pensamento expresso, por cada acto, por cada omissão que não mereçam a chancela da aprovação partidária ou pública.

Se é certo que os Partidos nascem da competição para o poder, não é menos verdadeiro que aquela só é legítima se manifestada como a consciência da responsabilidade dum serviço à Democracia que o mesmo é dizer à prossecução do interesse de todos. Se os Partidos deixassem de ser comunidades de homens livres para se transformarem em cartéis de conquistadores e de autoritários eles não seriam mais do que expressões totalitárias de pés curtos.

É no contexto daquelas comunidades que importa reconhecer e defender a nobreza da função política.

Os mais esclarecidos, os mais competentes, os mais empenhados têm essa especial obrigação para que a responsabilidade de que se assumem esteja ao nível dos seus reconhecidos méritos.

Quando situados no espaço da Oposição, aquela responsabilidade é acrescida porque mais exigente na mensagem crítica que formulem. Se um político de relevo, na Oposição partidária de que se reivindica, não tem outros propósitos que não sejam o do ataque gratuito às posições dum Governo, perde credibilidade e desvirtua as regras do jogo. Desse modo mancha de nódoas o tecido delicado da Democracia, ou porque falta à verdade, ou porque omite a realidade, ou porque desvirtua os factos.

Há dias, aproveitando uma das raras sobras de tempo que sempre me falta, tive oportunidade de ouvir na televisão uma das mais destacadas personalidades da Oposição. Com palavra fácil, eloquente e viva transmitia o peso das suas convicções.

Admiro-o pela elegência do trato, pela seriedade e honestidade das suas intenções, pelo calor, entusiasmo e empenhamento que põe nas suas afirmações e nas suas atitudes. Porém, para surpresa minha, vi-o resvalar para a obsessão de justificar o seu «projecto» político com a essencialidade dum objectivo: derrubar o Governo retirado ao PSD a maioria que legitimamente conquistou e que com toda a justiça mantém.

Fez daquele objectivo a bandeira da sua cruzada. Escolheu o PSD, arvorou-o em inimigo e forjou um lema...

Só que o lema não tem conteúdo. Não referiu o «porquê» nem o «para quê»... Lema sem conteúdo, bandeira sem significado, cruzada sem sentido.

Para mobilizar consciências não bastam bandeiras, nem lemas. É necessário invocar razões, esclarecer os motivos, aduzir argumentos, definir objectivos. Do contrário a «cruzada» perde sentido, não tem vigor. Falta-lhe a razão que a alimente. Fica a anarquia ou a demagogia a preencher o vazio do lema que fixou.

Onde as razões dos seus intentos? Porque não consigo descortiná-los ficou-me o desgosto de ver que até os grandes do pensamentos político caem, às vezes, na tentação fácil de criar os seus moinhos de vento para os acometerem com desmedida bravura.

Reforma Educativa: «Uma esperança com força»



VIRGÍLIO CARNEIRO *

REFORMAR é mudar. Mudar sem solavancos, substituindo estruturas obsoletas por outras mais adequadas aos novos tempos e, por isso, mais capazes de facultar o caminho à prossecução dos objectivos da modernidade e do progresso humano e humanizado.

Contudo, não há hipótese de reforma equilibrada com medidas avulsas, com receios injustificados, com acções movidas por pressões de interesses especiais, com a falta de coragem para assumir a mudança efectiva, mesmo que isso possa valer um ou outro remoque deste ou daquele grupo, desta ou daquela instituição, menos abertos à evolução, mais feridos nos seus interesses particulares ou menos atendidos nas suas preferências ideo-políticas.

Reformar é, pois, assumir a mudança que se impõe, com intrepidez, com coerência, com isenção, com os olhos postos numa nação inteira que merece todos os esforços para avançar em direcção aos níveis das suas congéneres mais evoluídos, embora conservando sempre as indeléveis marcas da sua identidade nacional.

Legisladores, governantes e todos os responsáveis ao mais alto nível, não podem preocupar-se tanto com a sua imagem pública de hoje, para pensarem mais no que de positivo podem e devem garantir às gerações de amanhã, porque estas se encarregarão, «a posteriori», de adornar essa imagem (de hoje), se o merecerem.

Paradigmas dessa intrepidez têm sido os Governos presididos pelo Professor Cavaco Silva que têm sabido assumir decididamente a mudança que, há muito tempo, o País vinha exigindo. Mesmo os adversários políticos, embora desdenhando e com manifestações de algum despeito, não conseguem esconder o reconhecimento dessa efectiva mudança que estamos vivendo.

Não ignoramos, contudo, que as reformas evoluem em ritmos diferentes conforme os sectores onde incidem sejam mais simples ou mais complexos assumindo, entre estes, uma peculiar complexidade a área da Educação.

Com efeito, o melindre de que este sector se reveste exige cuidados suplementares e uma mais ampla base de consensos. Porém, já o tenho afirmado, a imperiosidade de mudar estruturalmente a Educação e o Ensino em Portugal não pode compadecer-se com prolongadas contemporizações à espera de que se encontrem as medidas óptimas.

Em Educação, pelo menos, essas não existem pelo que, creio, é preferível agarrar, desde já, as que se apresentem razoáveis e positivas, susceptíveis de virem gradualmente a ser aperfeiçoadas à medida que a experiência o aconselha, sob pena de se retardar ainda mais o que já há muito urge.

Apesar das dificuldades, no entanto, também neste sector já se vislumbra a mudança. Já quase nada é com há alguns anos atrás. Respira-se agora um clima novo onde a expectativa e a esperança assumem particular relevo relativamente aos efeitos das acções já postas em marcha e dos diplomas que, em fase de ultimação, trarão necessariamente à Escola Portuguesa uma nova fisionomia.

A coluna vertebral de uma educação de qualidade tem, como se sabe, dois apoios fundamentais: a Família e a Escola. Quando estes sustentáculos da Educação, no absoluto respeito pelas funções específicas que a cada um compete, se descoordenam ou quando, pelo menos, um deles falha, dificilmente haverá uma educação de nível suficientemente aceitável. Zelar pela sintonia Família-Escola é, pois, uma tarefa onde não se pode esmorecer e, neste ponto, é porventura à Escola que cabe um papel fundamental na consecução desse objectivo porque é a ela, no plano técnico, pedagógico, científico e cultural, que está cometido o exercício da elaboração de projectos educativos. Digo projectos, sim, no plural, não porque pense que cada escola, no sentido restrito, deva mais do que um projecto, mas porque cada uma deve possuir o seu projecto educativo para oferecer à comunidade, independentemente de pertencer ao Estado ou a qualquer entidade privada.

Só assim será facilitada a escolha da família e, logo, o reforço do elo que a deve ligar à instituição escolar.

É aqui, em meu entender, que se situa um dos fulcros essenciais da reforma: a necessidade de haver escolas com projecto educativo. Projecto que terá de transparecer não só dos planos curriculares menos rígidos, das actividades livres e complementares orientadas para valores claramente definidos, da capacidade e do empenhamento dos elementos docentes e não docentes, do ambiente físico, cultural e científico onde se move a comunidade escolar, mas também e sobretude, da Gestão competente, funcional, responsável e autónoma do «Mundo Escolar», porque terá de ser o garante e o motor desse projecto.

Justifica-se, portanto, a expectativa e a esperança num conjunto de diplomas, que deverão ser cuidadosamente integrados num todo como os relativos à Gestão Escolar, aos novos planos curriculares, à formação em serviço dos professores, à autonomia das escolas, entre outros.

Muita intrepidez para os levar por diante vai ser necessária, porque alguns obstáculos surgirão infalivelmente, mas as gerações futuras hão-de bem dizer de quem lhes meteu ombros e a História registá-lo-à.

*** Deputado do P.S.D**

As Mulheres, a Política e a Sociedade

A dinamização da vida política e social leva, necessáriamente, a ter de se questionar qual o papel da mulher no processo da modernização de Portugal e da Europa.

O Partido Social Democrata e o seu Presidente têm demonstrado estar atentos à problemática da mulher e à sua completa inserção na actividade política partidária e social, sem intuitos eleitoralistas, mas sim como parte integrante do projecto social democrata de transformação da sociedade portuguesa numa sociedade mais justa, equilibrada e desenvolvida traduzida numa efectiva melhoria qualitativa do nível de vida dos portugueses.

Somos defensores da plena igualdade de homem e mulher no acesso ao trabalho, aos cargos públicos e às actividades sociais.

No entanto, esta igualdade não deve funcionar em desfavor das mulheres, como nos países comunistas, nos quais a mulher é utilizada para o desempenho de trabalhos pesados como mão de obra mais barata, libertando o homem para outras tarefas.

A igualdade deve traduzir-se numa igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho, para o qual tenham habilitações e capacidade ou se sintam vocacionadas.

A liberdade de oportunidade é fundamental para a dignificação da mulher e para que o acesso a um determinado lugar ou cargo, se dê pela sua capacidade intelectual em concorrência com o homem e não pelo facto de ser necessário preencher quotas ou outras percentagens ridículas, como as que vêm sendo propostas pelos socialistas portugueses.

No entanto, como pano de fundo, existe uma questão cultural que é necessário vencer e ultrapassar, a qual, porém, só com a evolução da sociedade poderá ser ultrapassada.

Esta questão está intimamente ligada à educação e ao combate ao analfabetismo e à aculturação de uma larga faixa da nossa população em consequência directa do atraso económico e social em que, principalmente,



VÍTOR FONSECA

as zonas interiores do País viveram ao longo de anos.

A participação da mulher na vida pública é, não já uma conquista mas um direito inalienável. O P. S. D. tem revelado uma vontade, política, de que essa participação se intensifique.

TORNA-SE necessário, agora, que as mulheres também assumam essa participação.

A dinamização cultural do País, a sua evolução económica, a diminuição do desemprego, podem contribuir para uma maior estabilidade das famílias portuguesas e, logicamente, incentivar o empenhamento das mulheres nas tarefas colectivas.

De resto, o Governo do Prof. Cavaco Silva, revelando a especial atenção que sta problemática merece, aprovou, recentemente, o D. L. 426/88 que disciplina o regime de igualdade de tratamento no trabalho entre homens e mulheres no âmbito da Administração Pública.

Para lá da Consagração Constitucional daquele direito havia necessidade de regulamentar, efectivamente, as condições de acesso a cargos da Administração Pública.

A descriminação entre homem e mulher deve deixar de se sentir a todos os níveis.

A igualdade dos cidadãos, homens e mulheres do nosso País, contribuirá para a dignificação do próprio Homem.

A Mulher deve assumir o seu lugar na sociedade e na política de uma forma consequente, dinâmica e interessada.

As reformas estruturais em curso no nosso País passam pela Mulher e pela sua capacidade em intervir na sociedade.

TSD – CONVOCATÓRIAS

A. D. da AML

Ao abrigo dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital dos TSD da AML, para reunir no próximo dia 16, às 18h, na Rua da Conceição, 113-3.º Esq.º, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Homologação de Secções e Núcleos de Empresa
3 — Análise da situação político-laboral.

Distrito de Viana do Castelo

Ao abrigo dos Art.ºs 19.º e 32.º, n.º 2, alínea *d*) dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral da Estrutura Distrital dos TSD, convocam-se todos os militantes dos TSD do Distrito de Viana do Castelo para reunirem em Plenário com todas as competências da Assembleia Distrital, no próximo dia 21, pelas 19 h., na R. Martins Velho, 34 - 2.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleições
a) Mesa da Assembleia Distrital;
b) Secretariado Distrital.

A acção da ANASD é a de informar os autarcas social-democratas

(Continuação da página 1)

Sá Carneiro — IPSD, bem como com a JSD.

«P. L.» — Mantendo os objectivos mencionados, foram em todos os casos atingidas as metas propostas?

L. B. — Seria admirável que isso fosse possível. Trata-se de obra humana e, portanto, com as nossas naturais limitações. Trata-se, além disso, de obra comum de tipo associativo, que exige a colaboração de muitos. Trata-se também de obra de cariz partidário e, assim, com as esperadas movimentações políticas e naturais distorções da realidade.

Com tudo isto se contava à partida, mas foi entendido manter silêncio e trabalhar ao serviço de Portugal, da Democracia e do PSD.

A amabilidade do «Povo Livre» vai, em parte, permitir que se rompa o silêncio.

O primeiro objectivo — articulação entre as estruturas do PSD e da ANASD — foi plenamente conseguido. Temos tido apoio discreto, constante e oportuno do Secretário-Geral, Dias Loureiro. Por outro lado, a nomeação do secretário-geral-adjunto para as Autarquias, deputado Manuel Moreira, acentuou as bases de estreita colaboração, tanto mais que é também membro do Conselho Directivo da ANASD. Também, assim que foi possível celebrar a escritura notarial dos Estatutos da Associação, em 22 de Março de 1988, foi dado cumprimento ao preceito estatutário de propor a adesão da Associação ao Partido Social Democrata, como entidade colectiva privada.

A ANASD estará sempre disponível a colaborar no estudo, na preparação e na elaboração da legislação autárquica, para o que os seus membros parecem dispor de experiência comprovada

Temos informação de que o Conselho Nacional do PSD aprovou a adesão por aclamação.

O segundo e o terceiro objectivos — formação de autarcas e divulgação da informação — constituem afinal o fundamento da existência da Associação. Penso que algo de útil foi efectuado, como o demonstram os dados estatísticos.

O quarto objectivo — colaborar na elaboração da legislação autárquica — depende menos de nós, na Associação, que das solicitações do legislador, no plano do Partido, do Governo ou do Parlamento.

Permita-me que recorde, com franqueza, que se pode observar a vitalidade exuberante dos Gabinetes de Estudo quando qualquer partido político se encontra na oposição e a escassa influência, por ausência ou redução de solicitações, quando o partido se encontra no Governo.

É uma situação natural. Apesar de tudo, fomos solicitados pelo empenhamento de António Capucho, para formulações de parecer, com outros intervenientes, por exemplo, sobre o Estatuto dos Eleitos Locais. Por vezes são solicitados à Associação, ou a algum dos seus membros, pareceres sobre questões pontuais na área autárquica. Esta é uma tarefa silenciosa.

A ANASD estará sempre disponível a colaborar no estudo, na preparação e na elaboração da legislação autárquica, para o que os seus membros parecem dispor de experência comprovada. Não se deve esquecer que quem verdadeiramente faz as leis são aqueles que as executam.

De resto, uma das mais profundas alterações Estatuárias da Associação foi a eliminação das Cinco Comissões especializadas.

A Comissão de Legislação e Estrutura, no período de 1983 a 1986, era chamada a pronunciar-se sobre a legislação autárquica, após a sua publicação.

Deste modo, a Associação, em vez de autor criticado, estava transformada em crítico dos autores.

Tinha e tem, os seus inconvenientes, mesmo de natureza psicológica. Estávamos transformados em opositores inúteis, em vez de colaboradores úteis.

O quinto objectivo — colaborar no processo de regionalização do Continente — só poderá ser atingido, a longo prazo, quando se pretenda promover a integração em planos e programas de desenvolvimento regional. Pode, no entanto, constituír o objectivo imediato, o desenvolvimento de acções de informação sobre os problemas fundamentais da regionalização administrativa do Continente.

Nesse domínio a Associação tem-se empenhado largamente, com o apoio de Valente de Oliveira e também de Nunes Liberato. De um e outro temos recebido inestimáveis atenções.

O sexto objectivo — colaboração com o IPSD e a JSD — no que respeita ao Instituto Progresso Social e Democracia — Francisco Sá Carneiro, tem sido atingido e mantém-se ao melhor nível.



LÍVIO BORGES: «Esperamos realizar colóquios na Madeira e nos Açores

As Acções programadas em 1986, na ausência do Protocolo, foram realizadas com o apoio informal de Francisco Pinto Balsemão, que assegurou à ANASD, desde o início, as bases financeiras e logísticas. Pinto Balsemão assinou também o Protocolo para 1987, que nos garantiu o apoio indispensável, com o espírito aberto aberto às solicitações. Muito lhe deve a Associação, o que tivemos oportunidade de lhe expressar vivamente. Foi e é um amigo dedicado da Associação.

Com Vítor Crespo, actual presidente do Conselho de Administração do IPSD, celebrámos o Protocolo para 1988, e está já em seu poder o projecto de Protocolo para 1989. As relações com Vítor Crespo, não direi que sejam paternais, mas são amigas, francas, prudentes e de conselho avisado. Devemos-lhe muito e esperamos continuar a alargar a nossa dívida, não só da Associação mas também pessoal.

P. L. — No IPSD, os contactos da ANASD são estabelecidos apenas ao nível do Presidente do Conselho de Administração?

L. B. — Não. Ainda bem que me pergunta, porque me permite mencionar Vítor Simões, vice-presidente do Conselho de Administração. A sua disponibilidade é permanente e o seu bom senso na resolução dos problemas é constante.

É evidente que questionámos por vezes, amigavelmente, quando a sua função fiscalizadora nos solicita alguma redução de actividade por questões orçamentais. A cooperação tem sido excelente.

Do mesmo modo, João Zby, secretário-geral da ANASD, mantém laços estreitos com os funcionários do IPSD incumbidos das relações administrativas e financeiras com a ANASD.

As acções da ANASD constituem um trabalho de grupo, em que intervêm todos os membros do Conselho Directivo

«P. L.» — E a colaboração com a JSD?

L. B. — Enquanto a ANASD é uma associação privada de autarcas sociais-democratas, filiada no PSD, pelo contrário a *JSD* é uma estrutura fundamental do Partido.

Porque é uma estrutura de jovens até aos 30 anos, a JSD é uma força impulsora, cujo dinamismo extravasa exuberantemente nas eleições, autárquicas ou legislativas, e encontra também a sua expressão máxima de síntese nos seus Congressos. Assistir a um Congresso da JSD é conhecer e avaliar a pujança da vida que se expande por todo o país.

Lamento não ter podido estar presente no encerramento do último Congresso, dado que no mesmo dia era realizada em Lisboa a Conferência sobre «A Regionalização Administrativa do Continente na Revisão Constitucional», promovida pela ANASD.

A natureza específica da JSD não permitiu ainda definir um plano conjunto de actuações, ao mesmo nível. No entanto, a nível distrital e concelhio, a ANASD tem correspondido a todas as solicitações. Eu próprio, a título pessoal, tenho colaborado em acções de formação promovidos pela JSD.

No ano corrente, foram realizados em colaboração com a ANASD cursos de formação na Amadora, em 30 Jan. e em Espinho em 10 Abr., e também o Colóquio do Porto, em 5 de Março. Além disso, tem sido constante a presença de jovens autarcas em acções de formação e de informação autárquicas realizadas pela ANASD em todo o País. A ANASD está disponível.

«P. L.» — Na promoção da formação dos autarcas, que acções foram desenvolvidas de 1986 a 1988?

L. B. — Depois do Congresso do PSD, em que pela primeira vez não estive presente por razões conhecidas, passámos a fornecer, aos participantes nas actividades da ANASD, dados estatísticos sob o título — «Acções da ANAS — 1986/1988», periodicamente actualizados.

No ano de 1986 — *ano de iniciação* — foram realizadas 11 acções de formação, que movimentaram 820 autarcas. Teve início com o Seminário de Lagos, organizado pelo deputado Mendes Bota, vice-presidente do Conselho Directivo da ANASD. O encerramento deste Seminário algarvio coube a Eurico de Melo, vice-primeiro Ministro e ministro da Defesa, que nos honrou com a aceitação do convite. Estiveram presentes 168 autarcas social-democratas do Algarve. Constituíu um êxito.

O ano de 1986 foi encerrado com o I Encontro Nacional de Autarcas, em 13 de Dezembro, em Lisboa, em que o discurso de encerramento foi pronunciado por Cavaco Silva, Presidente do Partido e Primeiro-Ministro.

Foi uma intervenção de análise da situação política, proferida à porta fechada, somente para os autarcas, que constituíu afinal a previsão dos acontecimentos políticos de 1987. Não foi um grito de alarme, mas um grito de alerta responsável. Várias afirmações eram previsões que vieram a encontrar confirmação no ano de 1987.

No ano de *1987 — ano de consolidação* — em que foi alcançado o saneamento administrativo e financeiro da ANSD, foi o estabelecido um vasto programa em que o tema central seria «A Regionalização Administrativa do Continente», que determinava a realização, na 1.ª fase de 18 colóquios distritais.

Estes colóquios foram planeados com o objectivo fundamental de informar e ser informado sobre os aspectos fundamentais, positivos e negativos, da Regionalização Administrativa, a fim de alcançar consensos sobre uma questão essencial da construção do Estado democrático. A acção foi iniciada com brilhante sucesso nos Colóquios de Braga, a 7 de Março, e de Viana do Castelo, a 8 de Março, com 166 participantes, num vivo diálogo com Ministro Valente de Oliveira. Todo o programa tinha sido coordenado com o apoio do Ministro do Plano e Administração do Território, dado que impunha levar a orientação Partidos do Governo em um matéria extremamente complexa e delicada.

Estas acções foram suspensas por virtude da apresentação da moção de censura, apoiada entusiasticamente por algumas oposições e em face da previsão de próximas eleições legislativas. Estas deram lugar ao terramoto político de Julho de 1987, de que as oposições se encontram ainda na fase de rescaldo e a circunscrever os incêndios lavrados. A previsão fácil é que assim continuariam, se não fossem as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições autárquicas de 1989. Estas eleições vão constituir uma breve trégua que impõe ao PSD cuidada atenção, para evitar confiança excessiva e adormecimentos.

No ano de 1987, fechado este parêntesis, além dos cursos de formação *distritais* e concelhios e de apoio ao curso de formação da JSD em Vila Franca de Xira, foi entendido manter o Colóquio previsto para a Região Autónoma da Madeira, em 14 e 15 de Março.

Este colóquio, apoiado pelo Governo Regional da Madeira e pelas autarquias madeirenses, foi em boa hora realizado, por ter permitido estreitar os laços de companheirismo e amizade entre os autarcas. Nasceu na Madeira a 1.ª Delegação Regional ANASD, logo constituída e votados os corpos sociais e o representante da Madeira no Conselho Nacional da ANASD. Foi o primeiro passo de regionalização da ANASD.

A compreensão de Alberto João Jardim na análise das vantagens de acções comuns promovidas pelos próprios autarcas ou pelas suas associações e a capacidade de decisão do Líder do Governo Regional e do PSD/Madeira representaram o alicerce seguro em que foi construída a 1.ª Delegação Regional da ANASD.

Esperamos realizar no ano próximo o colóquio: Madeira — Experiência e Resultados — 1977/1988.

No ano de *1988 — ano de expansão* — foram realizadas, até 5 de Novembro, 41 acções de formação e de informação, conforme discrimina o quadro anexo. Até final do ano serão efectuados 12 colóquios e cursos de formação e um seminário sobre «O Ordenamento do Território e as Autarquias».

As acções da ANASD constituem um trabalho de grupo, em que intervêem todos os membros do Conselho Directivo. Justo é, porém, salientar o trabalho meritório do Deputado Manuel Moreira, também

(Continua na página 14)

Doze avançam decididamente na construção do mercado interno

(Continuação da 1.ª página)

Neste âmbito, uma questão que mereceu grande atenção durante os trabalhos, em Rodes, foi a da construção do Mercado Interno. Analisado em duas perpectivas, por um lado, os Doze consideraram que ele constituirá um factor decisivo para uma maior liberalização do comércio internacional com base no desenvolvimento de condições recíprocas e mutuamente vantajosas, bem como permitirá criar condições para o crescimento de economia mundial. Por outro lado e a nível comunitário, o Mercado Interno é considerado como uma condição de sucesso, tendo assim, sido defendido a necessidade de se progredir de modo equilibrado e coordenado em todos os domínios e aplicando, sempre que julgado necessário, mecanismos de harmonização.

Aliás, esta questão tinha já sido abordada pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, que, durante o primeiro dia de trabalhos, defendeu perante os seus parceiros comunitários a necessidade de o conceito de mercado interno ser promovido segundo uma lógica que encoraje a coesão e solidariedade de desenvolvimento entre os vários Estados-membros da CEE.

Por outro lado, Cavaco Silva considerou também que o saldo é positivo em relação ao que se conseguiu até agora para a concretização de objectivo de 92, mas que é necessários que este progresso seja equilibrado. Se por um lado existem avanços notáveis no que respeita à liberalização da circulação de mercadorias entre os diversos Estados comunitários, no que respeita à circulação de cidadãos os atrasos são, ainda, consideráveis, referiu o Primeiro-Ministro português, defendendo, à semelhança de posições que tem tomado em anteriores cimeiras, de que a liberalização da circulação de pessoas e de permanência em qualquer país da CEE constitui um factor de grande importância para a que a criação do mercado interno elimine muitas das disparidades de desenvolvimento existentes entre várias regiões comunitárias.

Cooperação política europeia, concretização de grandes infra-estruturas de transportes, harmonização dos meios de comunicação, bem como os apoios ao nível regional, foram outras questões abordadas em Rodes.

No que respeita à cooperação política europeia, os doze defenderam o reforço dos laços de entendimento com o COMECON, (organização similar à CEE no bloco leste) e em relação ao Médio-Oriente expressaram a sua satisfação pela decisão palestiniana de renunciar ao terrorismo e reconhecer o Estado de Israel.

A concretização das grandes infra-estruturas de transportes, questão que particularmente interessa a Portugal, foi, também, reconhecida como um ponto que constitui um dos meios para acelerar a unificação do espaço económico europeu.

Os doze debruçaram-se, ainda, sobre o desenvolvimento de um audiovisual europeu e o impacte do mercado interno a nível regional, com o reconhecimento da esistência de problemas socioeconómicos específicos de algumas regiões insulares da Comunidade. Questão esta para a qual responsáveis portugueses vêm alertando há j á muito tempo, com particular destaque para os Açores e para a Madeira.

«Uma reflexão tranquila sobre os trabalhos que tem de ser desenvolvidos para realizar a construção europeia e também o futuro da Comunidade» foi como Cavaco Silva considerou os trabalhos da Cimeira de Rodes.

Para Primeira-Ministro, embora não tenham sido discutidas algumas questões importantes e reconhecendo que a ainda há muitos problemas difíceis para enfrentar, como a harmonização fiscal ou a união monetárias, existem, no entanto, questões novas e importantes que foram para Portugal debatidas em Rodes, como a necessidade de se avançar equilibradamente na construção do mercado interno e a promoção das regiões insulares, que surge pela primeira vez expressa nas conclusões de uma cimeira.

Por outro lado e em relação ao futuro próximo, o chefe do Executivo português sublinhou que em 1992 será a vez de Portugal assumir a presidência da Comunidade e que espera que essa altura seja a constestação de que se construi um mercado interno e se realizou a coesão económica e social. «Estamos à frente de problemas complexos e eles terão de ser ultrapassados e enfrentados. Alguns nem poderão ultrapassar 1989, como a tributação dos rendimentos de capitais. Mas com certeza surgirão algumas cimeiras pacíficas. Desta vez foi uma reflexão muitas aberta e descontraída que permitiu perspectivar um pouco do futuro da Comunidade. Penso que isto tem as suas vantagens. Estávamos a precisar de uma cimeira como esta», conclui Cavaco Silva.

PARLAMENTO EUROPEU

Não queremos uma Europa a duas velocidades



LACERDA DE QUEIROZ — Os «profetas» enganam-se

«PERMITA-SE-ME realçar o que a Imprensa chamou de papel fundamental desempenhado neste processo pelo Primeiro-Ministro português, Prof. Cavaco Silva — permitiu que se obtivesse o compromisso de duplicar, até 1992, os fundos disponíveis, através dos três fundos estruturais a aplicar nas regiões em atraso de desenvolvimento, o que, no caso português, corresponde à totalidade de Portugal».

Ao intervir no Parlamento Europeu a propósito da votação do «pacote» respeitante aos regulamentos de aplicação da reforma das Fundos Estruturais, o deputado social-democrata Lacerda de Queiróz considerou que se atingiu um ponto marcante na construção da Europa, do grande mercado interno, na busca da coesão económica e social consignada no Acto Único Europeu.

Refutando a ideia de que a Comunidade se apresenta ferida de grandes problemas e contradições internas aquele deputado referiu a dado passo:

«Há menos de um ano, os profetas da desgraça apresentavam a Comunidade como incapaz de assegurar uma evolução concludente à redução das assimetrias de desenvolvimento entre os vários Estado Membros, tornando a meta de 1992 algo semelhante a uma miragem. O sucesso da Cimeira de Bruxelas, devido à perseverança e empenhamento da Comissão pela voz do seu Presidente, Jacques Delors, e do bom senso e pragmatismo dos Chefes de Estado e Chefias de Governo que aí tomaram assento — *e permita-se-me realçar o que a Imprensa chamou de «papel fundamental» desempenhado neste processo, pelo Primeiro-Ministro Português, Prof. Cavaco Silva — permitiu que se obtivesse o compromisso de duplicar, até 1992, os fundos disponíveis, através dos três Fundos Estruturais, a aplicar nas regiões em atraso de desenvolvimento o que, no caso português, corresponde à totalidade de Portugal.* Um verdadeiro novo «Plano Marshall» a nível intracomunitário tomava corpo; e não apenas no objectivo a que se propõe, mas inclusivé a nível dos meios financeiros disponíveis os quais, a preços constantes e numa base de capitação, excedem aqueles que foram postos à disposição da Europa para a sua reconstrução, a seguir à 2.ª Guerra Mundial. A miragem passava a realidade possível. Os «Profetas» enganavam-se!...»

Segundo Lacerda de Queiróz, na Europa dos Doze não faz sentido, não é politicamente aceitável, o conceito da Europa a duas velocidades. As regiões em atraso de desenvolvimento, mas também as regiões com problemas estruturais específicas, não podem perder esta oportunidade de recuperarem o seu atraso ou de fazerem a sua reconversão, de forma a tornarem-se polos de desenvolvimento e prosperidades.

Naquele contexto, o mesmo considerou que quando se fala da reforma dos fundos estruturais a associação de ideias é que se trata de algo destinado apenas a uma parte da Comunidade, algo que toca apenas os países menos prósperos da CEE, mas que se esquece que uma parte importante desses fundos se destina aos países «ricos», a certas regiões dos países ricos.

Estão neste caso regiões em declínio industrial; regiões onde é necessário compensar os efeitos da reforma da política agrícola comum; as regiões onde é necessário reformular uma nova política, dita de ruralidade; regiões onde o desemprego juvenil, e o desemprego de longa duração são particularmente agudos. Tudo isto dá à Reforma dos Fundos Estruturais um cariz amplamente comunitário, que toca todos os países, e onde cada um, e a Europa enquanto tal, se sente interveniente e parte interessada.

Lacerda de Queiróz considerou, ainda, que uma vez conseguido o grande objectivo político do aumento dos recursos próprios da Comunidade, e de uma maior afectação da coesão económica e social, restam ainda algumas questões de detalhe que, nem por isso, deixam de ser assumir um papel primordial de aplicação desta políticas.

«Por outras palavras, é importante que certos estados-membros — e autoridades locais e regionais — no quadro do «Paternidade», tenham meios suficientes para dar execução, no terreno, ao que foi programado e aprovado», afirmou Lacerda de Queiróz, terminando a sua intervenção ao referir que: «No caso português é, pois, determinante, que essa intervenção/modelação comunitária atinja o máximo possível, ou seja, os 75 %.

Apraz-me, entretanto, registar que o montante de investimento dos chamados «grandes projectos» tenha sido reduzido para níveis mais compatíveis com a dimensão territorial e capacidade financeira de certos países membros, como Portugal».

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 386 • 7 DE DEZEMBRO DE 1988

COORDENADOR INTERINO

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 730

NESTA EDIÇÃO

- AMBIENTE
- NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS
- CONVOCATÓRIAS

EDITORIAL

AS DECISÕES

Decorreu mais um Congresso do Partido Comunista. Um Congresso sem história. Um Congresso em que talvez se tenham debatido mais nomes do que ideias.

Os cerca de dois mil delegados, quando se reuniram no primeiro dia estavam plenamente conscientes de que os dados estavam viciados. Uns, rotulados de críticos, iriam sair. Os outros iriam abrir-lhes as portas de par em par, facilitando-lhes a saída.

Escamoteando os verdadeiros problemas com que se debate o PC na sociedade actual e os militantes no seu seio, Álvaro Cunhal, com a sua liderança reforçada, aproveitou a reunião do órgão máximo do seu partido para substituir todos os elementos que lhe eram adversos em termos de opinião, nos órgãos de direcção política e lançar o aviso de que futuramente todas as opiniões serão bem vindas, desde que sejam discutidas nos meios internos.

E nesta altura talvez tenha surgido a única surpresa. Não nas substituições referidas mas na pessoa, que tudo indica, irá ser o seu sucessor — Domingos Abrantes em detrimento de Octávio Pato. Sendo mais novo e menos conhecido é no entanto, pelo seu passado de activista, da linha mais dura do partido, estando na liderança do grupo que forçou a expulsão de Zita Seabra dos órgãos executivos.

No Congresso das «decisões de todos e de cada um», Álvaro Cunhal cometeu mais um erro. Dando a sensação de que vive ainda numa época da qual já muitos portugueses se esqueceram, enceta a continuidade do processo de isolamento do seu partido. Ao clima de abertura, de liberdade de discussão e livre participação que se pretendia, opôs-se Cunhal com uma linha de sucessão mais fechada e conservadora, com a substituição de cerca de quarenta elementos e com a criação de uma espécie de «politburo» onde terão assento os elementos mais velhos do partido e de sua maior confiança política.

Acusou os órgãos de comunicação social de uma operação montada contra o seu partido. Acusou os seus opositores internos de desestabilizadores. Congratulou-se com os resultados finais. Mas sabe que este Congresso não passou de um episódio previamente estudado. A sua primeira grande batalha, após as legislativas, dista a menos de um ano — as Eleições Autárquicas, sabendo que o seu partido pode iniciar um processo rápido e contínuo de desmoronamento a partir daqui.

Condenado a ser combatido pelas forças democráticas em conjunto, nas eleições para o Poder Local, o Partido Comunista está consciente dos custos da perda de concelhos, bastante importantes em termos logísticos como são Loures (local onde se realiza actualmente a Festa do Avante) e Amadora, secundados por Vila Franca de Xira e Azambuja — cabendo neste processo de libertar a Área Metropolitana de Lisboa da chamada «cintura vermelha», uma papel de inegável relevo ao primeiro partido nas autarquias locais, o Partido Social Democrata.

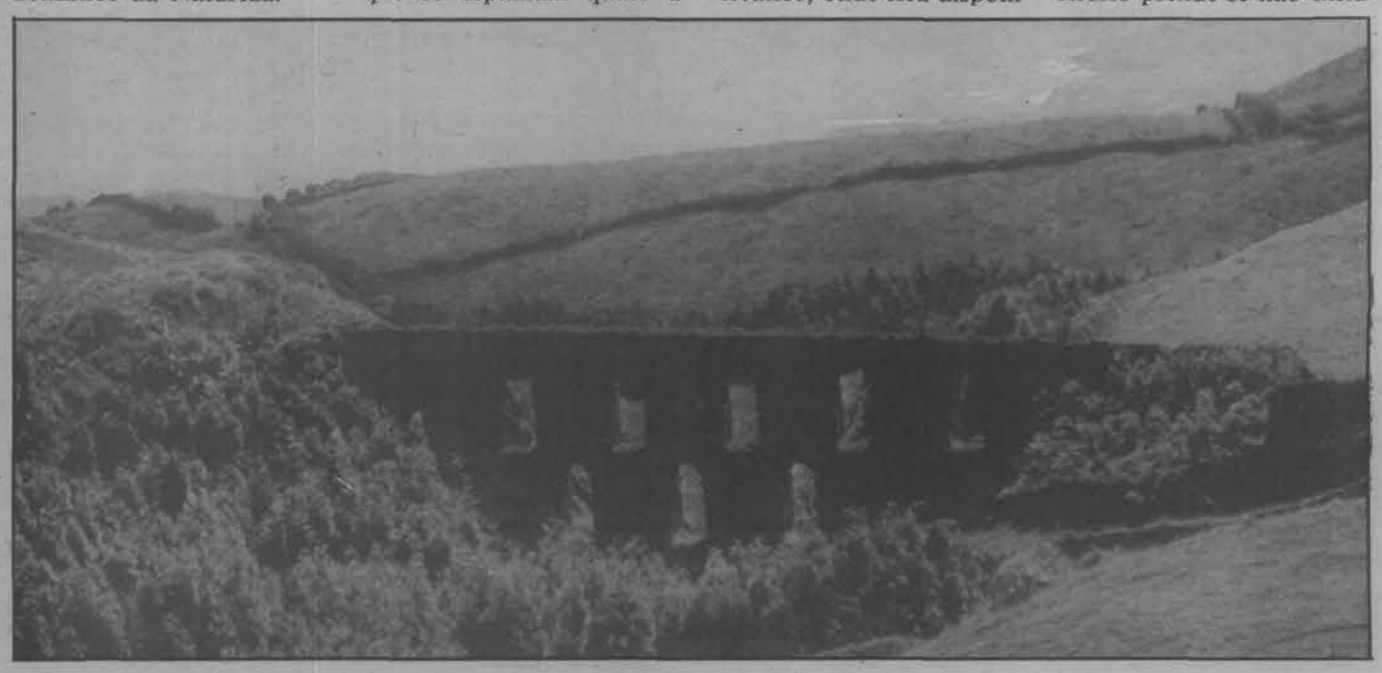
P. G. S.

A FLORESTA E O AMBIENTE

JOÃO REIS GOMES

Na perspectiva do Ordenamento do Território as áreas destinadas à florestação não podem ser vistas independentemente da Agricultura, nem esta do mundo rural onde vivem as populações.

Deveremos ter presente que o «campo» não é uma mera placa mineral, mas que tem à superfície o solo, que é o complexo mais fecundo da ecosfera, uma vez que o solo reúne em si próprio elementos da biosfera, atmosfera, hidrosfera e litosfera, isto é, de todos os domínios da Natureza.



Concretamente, numa floresta constituída por espécies adequadas na perspectiva ecológica, forma-se sob o coberto arbóreo, à superfície do terreno, uma «manta morta» constituída por acumulação de folhas, cascas, flores, frutos, escamas de gomos e ramos, constituindo um conjunto de camadas, onde no estrato superior os componentes orgânicos estão pouco alterados e no inferior se encontram em elevado grau de alteração e misturados com particulas minerais.. É neste solo orgânico que se vêem fungos, as «micorrizas», formando associações com a raízes secundárias, as pastadeiras, que contêm as radículas que se espalham quase à superfície, para o interior dos limites da copa da árvore numa «sábia adequação ecológica», no círculo dum ciclo que é o mundo, com a microfauna e a microflora, tudo isto em meio húmido e arejado ideal, para as trocas alimentares.

O solo acima descrito é, à superfície da crosta terrestre, um componente de grande eficiência no «ciclo hidrológico», uma vez que tem a capacidade de captar e infiltrar a água para níveis inferiores, circulando pelos caminhos que as raízes mais potentes vão abrindo na rocha-mãe e que daí parte para o lençol-freático, onde fica disponível para o homem, em elevado grau de pureza.

As interacções das árvores e dos povoamentos florestais com o ambiente são estudadas pela Ecologia Florestal, que é hoje uma ciência que reune inúmeros conhecimentos sem os quais as plantações arbóreas e em particular as de tipo e dimensão industrial, se arriscam a ter elas próprias graves insucessos, bem como podem causar efeitos de difícil ou mesmo impossível recuperação do meio. É frequente sobre os desígnios de uma míope visão económica, esquecer-se que a economia de um território prende-se não exclusivamente com a capacidade de se produzir um determinado valor imediatamente sobre um espaço,

(Continua na página 10)

PRESIDENTE DA JSD DESLOCA-SE À ALEMANHA

O Presidente da JSD, Carlos Coelho, acompanhado do deputado da JSD, Jorge Paulo Cunha, iniciou ontem uma visita à Alemanha Federal a convite da Fundação Friedrich Naumann.

A deslocação a Bona, Colónia e Hamburgo, envolve diversos contactos com dirigentes partidários, parlamentares e militares, e destina-se a apreciar os sistemas alemães de instrução militar para jovens recrutas, de verificação do respeito pelos seus direitos constitucionais e de enquadramento dos objectores de consciência.

Particular destaque será dado ao contacto com uma instituição alemã inexistente em Portugal similar a um «Provedor de Justiça Militar».

Do programa realça-se:

06.12.88

— Reunião com o Dr. Fritz Fliszar, Presidente da Fundação Friedrich Naumann

— Encontro com o deputado Uwe Ronneburger

— Visita à Associação dos Militares da República Federal

— Reunião com Guido Westerwelle, Presidente da Juventude Liberal

07.12.88

— Visita à Alemanha Militar Superior de Hamburgo

08.12.88

— Visita ao Centro-Escola para Educação Interna em Koblenz

— Visita à unidade de carros blindados de Koblenz

09.12.88

— Reunião com o Senhor Willi Weiskirch, Provedor de Justiça Militar (Wehrbeauftragter)

— Reunião no Ministério da Defesa

10.12.88

— Deslocação a Colónia

11.12.88

— Regresso a Lisboa

destaque

POLÍTICA AMBIENTAL: OS IN

Foi patente a extrema importância atribuída à política de ambiente na maioria das intervenções alemãs, incluíndo todas as intervenções de carácter político. Isto comprova que na Alemanha a população e os poderes políticos já interiorizaram a importância fundamental de uma política de ambiente para a qualidade de vida dos cidadãos e para um desenvolvimento sustentável.

Infelizmente em Portugal, o Ambiente, embora reconhecidamente importante, é ainda considerado como um factor sectorial e marginal. Isto mesmo se nota, por exemplo, a nível da acção governativa e das orientações partidárias. Ao nível do Governo, frequentemente são tomadas atitudes que põem em causa por completo os fundamentos de uma política de ambiente coerente. Ao nível dos partidos, nenhum tem demonstrado ter mais do que uma vocação de poder (e alguns nem isso): *nenhum partido tem dado provas reais de pensar Portugal para o próximo século e não para as próximas eleições.*

Para o GEOTA, ambiente e desenvolvimento são uma e a mesma coisa — se olharmos para lá dos próximos dez ou vinte anos. Gostaríamos que esta ideia fosse entendida e posta em prática pelos poderes públicos portugueses como o tem sido pelos alemães. Na Alemanha, esta compreensão foi despoletada por várias razões, entre as quais os gravíssimos problemas ambientais com que se debatem. Se soubermos aprender a tempo, podemos evitar grande parte dos erros que eles cometeram. Seria muito mais agradável para todos nós e muito mais barato para o País.

Política florestal

Penso que foi patente que, em termos de conhecimentos técnicos e científicos no domínio das ciências florestais, estamos bem ao nível dos nossos congéneres alemães — embora haja sempre alguma coisa a ganhar com intercâmbio de experiências e informações.

Infelizmente, em termos de política florestal não se pode dizer o mesmo: qualquer comparação se torna ridícula. As autoridades alemãs demonstram ter uma forte preocupação em relação à definição de linhas política florestal a longo prazo, e vontade política suficiente para por em prática medidas eficientes de concretização dessa política (meios humanos e materiais, sistemas de incentivos, apoio aos sivilvultores, etc.). Por outro lado, na Alemanha existem verdadeiros empresários florestais e um associativismo florestal florescente, quer por parte dos produtores, quer dos conservacionistas.

Em Portugal, nada disto existe: a política florestal tem sido entendida como uma excrescência da política agrícola e nunca teve a atenção que merece ao nível do Governo; o associativismo florestal é na prática inexistente; o empresário florestal quase se reduz às celuloses; há um divórcio total entre as funções de produção e protecção da floresta e uma situação de guerra fria entre os serviços que tutelam estas funções.

Penso que deve ser dada muita atenção à forma como os alemães estão a ordenar e a gerir as suas florestas. Nós temos os conhecimentos técnicos, basta juntar-lhes organização, vontade política e algum dinheiro (que até já está disponível em muitos casos). Com um ordenamento adequado, vários problemas seriam resolvidos de uma assentada: seria drasticamente reduzida a sensibilidade aos incêndios, seria proporcionada uma adequada regulação do ciclo hidrológico, a rentabilidade seria acrescida no longo prazo, a protecção de áreas sensíveis seria facilitada, tornar-se-ia viável um uso múltiplo da floresta, etc.

Por outro lado, é fundamental forçar a CEE a dar a devida a importância aos problemas específicos da floresta portuguesa e mediterrânica em geral, entre outras razões porque isso garantirá fontes de financiamento importantes através dos fundos estruturais. Os contactos encetados nesta viagem podem e devem ser aproveitados neste sentido.

Como qualquer outro recurso natural, a floresta deve ser gerida numa perspectiva de longo prazo. Temos de abandonar a tendência terceiro-mundista para olhar apenas ao lucro rápido. Há que pensar que temos recursos florestais únicos na Europa, e que *a floresta pode proporcionar uma enorme variedade de actividade económicas de alto valor acrescentado, a par com a função de conservação do ambiente.* Podemos citar a indústria do mobiliário e outros trabalhos com madeira de qualidade, a silvopastorícia, a apicultura, a caça, os frutos secos, o recreio, a cortiça, etc.

Como sabe, algumas destas actividade têm tempos de recuperação dos investimentos muito longos, particularmente muitos longos, particularmente se dependerem da re-instalação de floresta de espécies autóctones — o que torna indispensável incentivos por parte do Estado (como fazem as autoridades alemãs em relação à plantação de floresta caducifólia). Obviamente, não é possível fazer um ordenamento e gestão florestal por decreto, mas apenas com a colaboração activa dos interessados. Isto implica a montagem urgente de uma extensão florestal a sério, formação e sensibilização (que só dará frutos a médio prazo). Lembremos novamente o exemplo da Alemanha, onde é preciso dar garantias de competência técnica para se ter acesso ao sistema de incentivos.



Quanto à tutela do sector florestal, é óbvio que dentro do Ministério da Agricultura a política florestal nunca passará de um parente pobre. Na minha opinião, já há muito tempo que as florestas deviam ter passado para a tutela do Ambiente (neste aspecto, não é de seguir o exemplo alemão, mas sim o da maioria dos países europeus). E nos serviços de ambiente, é preciso que os responsáveis se compenetrem que a floresta não tem apenas as função de conservação da Natureza, mas é também um património económico de extrema importância, e como tal deve ser rentabilizado, mesmo e sobretudo dentro das áreas protegidas.

Pela parte do GEOTA, começámos há já algum tempo a dar um interesse particular às questões de política florestal. Neste momento temos em curso um importante projecto nesse sentido, em colaboração com outras associações ambientalistas. Este viagem veio, se possível, avivar mais ainda o nosso interesse por esta temática, e acrescentar alguns pontos à nossa lista de matérias a estudar.

Incêndios florestais

Em primeiro lugar, quero salientar que a primeira e a última forma de reduzir os incêndios florestais, é um correcto ordenamento florestal. No clima mediterrânico, o fogo é um factor ecológico normal, que afecta particularmente as espécies exóticas. É disto que em Portugal se fala pouco, e é este o ponto fulcral da questão. O combate aos incêndios florestais deve ser pensado como um último recurso, e infelizmente em Portugal tem sido por sistema o único recurso. Na Alemanha, pelo contrário, dá-se extrema atenção às medidas preventivas. Naturalmente, um ordenamento adequada da floresta portuguesa depende da existência de uma política florestal consequente.

No aspecto do combate a incêndios florestais, os conhecimentos patenteados pelos portugueses equiparam-se perfeitamente aos alemães. Por outro lado, a diferença de meios financeiros é abissal, o que motiva a impraticabilidade de utilização corrente em Portugal de certas técnicas sofisticadas. Eu diria que, em relação aos meios de que dispõem, os bombeiros portugueses fazem verdadeiras maravilhas.

Em termos de estrutura institucional, penso que temos muito a aprender. Não existe em Portugal nada que se pareça com as escolas de bombeiros alemãs e a formação dos nossos bombeiros é muitas vezes deficiente. Penso que seria extremamente útil a criação de escolas de bombeiros em Portugal, e em particular cursos específicos de combate a fogos florestais. Nestes aspectos, creio que os ensinamentos e contactos desta viagem poderão ser muito importantes.

Quanto à organização das forças de combate e de comandos operacionais, está muito melhor planificado na Alemanha do que em Portugal, sob todos os aspectos. Penso que um dos principais problemas do combate aos incêndios florestais em Portugal (para além do estado caótico das florestas e da escassez de meios), é a falta de colaboração e de diálogo entre as diferentes partes envolvidas (bombeiros, serviços florestais, protecção civil, autarquias, proprietários, polícias, forças armadas, etc), que normalmente têm tentado «puxar a brasa à sua sardinha», em detrimento dos resultados. Por outro lado, não tem havido uma arbitragem coerente por parte dos poderes políticos nestas matérias.

Creio que é urgente e altamente prioritário repensar (ou pensar) a formação e investigação científica sobre os fogos florestais. Não há em Portugal qualquer formação universitária nesta matéria. A investigação neste domínio é muito escassa, quase se resumindo às técnicas de fogos controlados. Não há programas de investigação fundamental ou aplicada sobre os incêndios florestais (apenas escassos projectos dispersos), nem é um tema encorajado para doutoramento. Esta situação é de um ridículo extremo num país como o nosso; neste aspecto, bem podemos seguir o exemplo da Alemanha. No entanto, é preciso atenção a um ponto; os parâmetros ecológicos da nossa floresta são muito peculiares, e só marginalmente poderemos usar da-

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

CARNAXIDE

A Comissão Política da Secção do Cartório eleita nas eleições realizadas no dia 27 de Novembro de 1988, vem deste modo pedir-vos para que seja publicada a lista dos titulares dos novos órgãos.

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Maria Raquel de Cristina Basto;
Vice-Presidente: Mário João S. da Silva Soares;
Secretário: Rita Maria G. da Silva Soares.
Suplentes: Luís Manuel Prata; Jucélia Guadalupe Lucas Doidinho.

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: Isidro Manuel Ferreira de Brito;
Vice-Presidente: António Joaquim da S. Moreira;
Tesoureiro: Paulo Jorge Amorim Fontes;
Vogais: José Francisco António Junior, José Luís Francisco Barreto, Paulo José G. da S. Soares, Paulo Jorge António Barreto, Maria Teresa Sá-Chaves M. S. de Carvalho, Edmundo Carlos Batista G. Santos.
Suplentes: Maria Alice Fernandes Cleto, Pedro Miguel Sá-Chaves, Lígia Maria Carvalho do Vale, Helena de Jesus Póvoa Ramos.

CONSELHEIROS DISTRITAIS

António Joaquim da S. Moreira, Rui José da Silva Tapadas, Maria Teresa de Sá-Chaves M. S. de Carvalho, José Luís Francisco Barreto, José Simões de Carvalho, Luís Manuel Neves Cristino, Maria Helena Duarte Figueiredo, Paulo Alexandre Tavares Dias, Sandra Cristina M. de Oliveira, Jorge Manuel Mina D. Neves, Carla Maria de M. da S. Tavares, Luís Miguel M. C. Cruz Vidal, Emília Maria Goulão Antunes, Elsa Denise Carvalho do Vale, Francisco Sá-Coutinho, Pedro Miguel G. V. Gil.

CÊNDIOS FLORESTAIS

JOÃO JOANAZ DE MELO

dos recolhidos noutros países. O trabalho terá de partir de dentro, e está quase tudo por fazer.

A investigação e formação sobre fogos florestais teria importantes vantagens: canalizaria esforços do meio universitário para uma problema prático e importante para o País, e formaria técnicos capazes de assumir funções relevantes ao nível da prevenção e combate aos grantes incêndios — técnicos esses que neste momento praticamente não existem em Portugal.

Autarquias e associativismo

Penso que em termos de estrura institucional das autarquias não temos nada a invejar aos alemães; pelo contrário, penso que o nosso sistema de eleição dos orgãos autárquicos apresenta vantagens apreciáveis; é mais simples, mais responsabilizador dos órgãos eleitos, proporciona mais ao contacto directo entre os eleitos e as populações.

Por outro lado, as autarquias alemãs demonstram uma capacidade de associação e coordenação efectiva de esforços que não tem paralelo em Portugal — em relação a matérias tão importantes como a rede de transportes, o tratamento de efluentes e a estrutura urbana. Neste aspecto temos algo a aprender.

Outro aspecto notável é o valor dado pelos poderes autárquicos alemães às tradições locais, desde o orgulho pela sua história até à conservação da arquitectura tradicional (isto foi especialmente notório em Celle, mas sei que é uma constante em toda a Alemanha). Em Portugal, as autarquias com esta prática não passam infelizmente de poucas e honrosas excepções.

Na Alemanha, a participação das populações no governo autárquico, estadual e federal, parece à primeira vista algo dificultada pelas características e complexidade do sistema. No entanto, paradoxalmente, verifica-se que as populações intervêm de facto, *muito mais do que em Portugal,* através de movimentos associativos extremamente poderosos que actuam como *lobbies* e grupos de pressão. Este é um aspecto em que Portugal demonstra um verdadeiro subdesenvolvimento.



Certos atropelos aos direitos civis (por exemplo, o direito a um ambiente saudável) que ocorrem frequentemente em Portugal, são impensáveis na Alemanha, porque neste país a sociedade civil e as associações de cidadãos constituem um contraponto permanente ao poder instituido. Em Portugal, este contraponto falta quase por completo — o único associativismo forte é o de tipo sindical e patronal, os quais são apor norma instrumentalizados pelas forças partidárias e *lobbies* económicos. Movimentos associativos independentes são escassos, pouco poderosos e, à excepção de um movimento ambientalista incipiente, não têm tido qualquer vocação de intervenção ao nível do poder.

Considero que a capacidade de liderança dos nossos autarcas é louvável e muitas vezes imprescindível, mas vulgarmente tem um custo muito alto: as pessoas preferem (ou são coagidas) a repousar à sombra das autoridades, evitando pensar pela sua própria cabeça e tomar iniciativas. Em minha opinião, deveriam ser as próprias autarquias a fomentar a existência de associações, *independentes dos partidos e da própria autarquia. O associativismo é uma forma privilegiada de melhorar o nível cultural, e é também uma forma extremamente importante de concretização da democracia plena, como o demonstra o exemplo alemão.*

Este texto é uma contribuição para o relatório sobre a viagem de estudos à Alemanha, organizada pela Fundação Friedrich Naumann sobre incêndios florestais, decorridas este ano.

A SOCIAL-DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

CONVOCATÓRIAS

CASTELO BRANCO — CONSELHO DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, convoco o Conselho Distrital da J.S.D. de Castelo Branco para o dia 17 de Dezembro de 1988, pelas 16 horas na Sede Concelhia do P.S.D de Penamacor, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Análise da Situação Política

O Presidente da mesa do Conselho Distrital
António Joaquim D. Carvalho

LISBOA C. A. LISBOA

Convoca-se o Plenário da Comissão Académica de Lisboa para o próximo dia 15 de Dezembro de 1988, às 21.30, nas instalações do Instituto Superior Técnico, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição da Coordenadora de Cal
— Análise da Situação Pol(tiica estudantil

O Coordenador da CAL
Raúl Gonçalves

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convocam-se os membros da *Comissão Académica de Vila Real,* para o dia 15 de Dezembro de 1988, quinta-feira, às 21.00 horas, na Sede Distrital do PSD/JSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista, número 11, para uma reunião de Plenário, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Eleições para a Comissão Coodenadora da CAVR

GUARDA — CONSELHO DISTRITAL

Ao abrigo do artigo 59 dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Conselho Distrital da JSD para reunir no próximo dia 10 de Dezembro, Sábado, pelas 15 horas na Sede Distrital da JSD com seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 Aprovação do relatório de contas da CPD cessante
2 Análise da situação Política ou Partidária
3 Eleição dos Órgãos Distritais

Mesa Conselho Distrital
António José Andrade

LISBOA — SECÇÃO B

Convocam-se todos os militantes da JSD da Secção B — Lisboa para uma Assembleia Ordinária a realizar no próximo dia 16 de Dezembro, pelas 21 horas na Sede da Secção, ao Campo Pequeno nº 16, 3º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleições em 1989
2 — Congresso da JSD
3 — Política para a Juventude

A Assembleia reunirá em primeira convocatória à hora marcada, e, em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de presenças.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Interno, convoco todos os militantes da JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA desta Secção, para um Plenário Ordinário a realizar no dia 10 de Dezembro de 1988, Sábado, pelas 15h00, na Sede do Partido Social Democrata, sita na Rua Ernesto Pinto Bastos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Entrega dos prémios referente ao Torneio Quadrangular Inter-Núcleos de Futebol de Cinco desta Secção.
2 — Apresentação e votação do Relatório de Actividade da Comissão Política/88.
3 — Apresentação e votação do Relatório de Contas da Comissão Política/88.
4 — Votação:
a) Comissão Política/89
b) Mesa do Plenário/89
c) Delegados ao Conselho Distrital da JSD/89

Nota: 1) As listas concorrentes terão de dar entrada na Mesa do Plenário 48 horas antes do mesmo de realizar.

2) Ao abrigo do Regulamento Interno, só terão direito ao voto, os militantes com as quotas em dia.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Martim Silva Azevedo)

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos das disposições estatutárias aplicáveis, convoco um Plenário Extraordinário de Secção da JSD da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro pelas 14,30 horas, na sede Local do PSD, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Análise da Situação Política
3 — Outros assuntos

O Presidente da Comissão Política de Secção
Humberto Manuel Martins Carneiro

destaque

A FLORESTA E O AMBIENTE

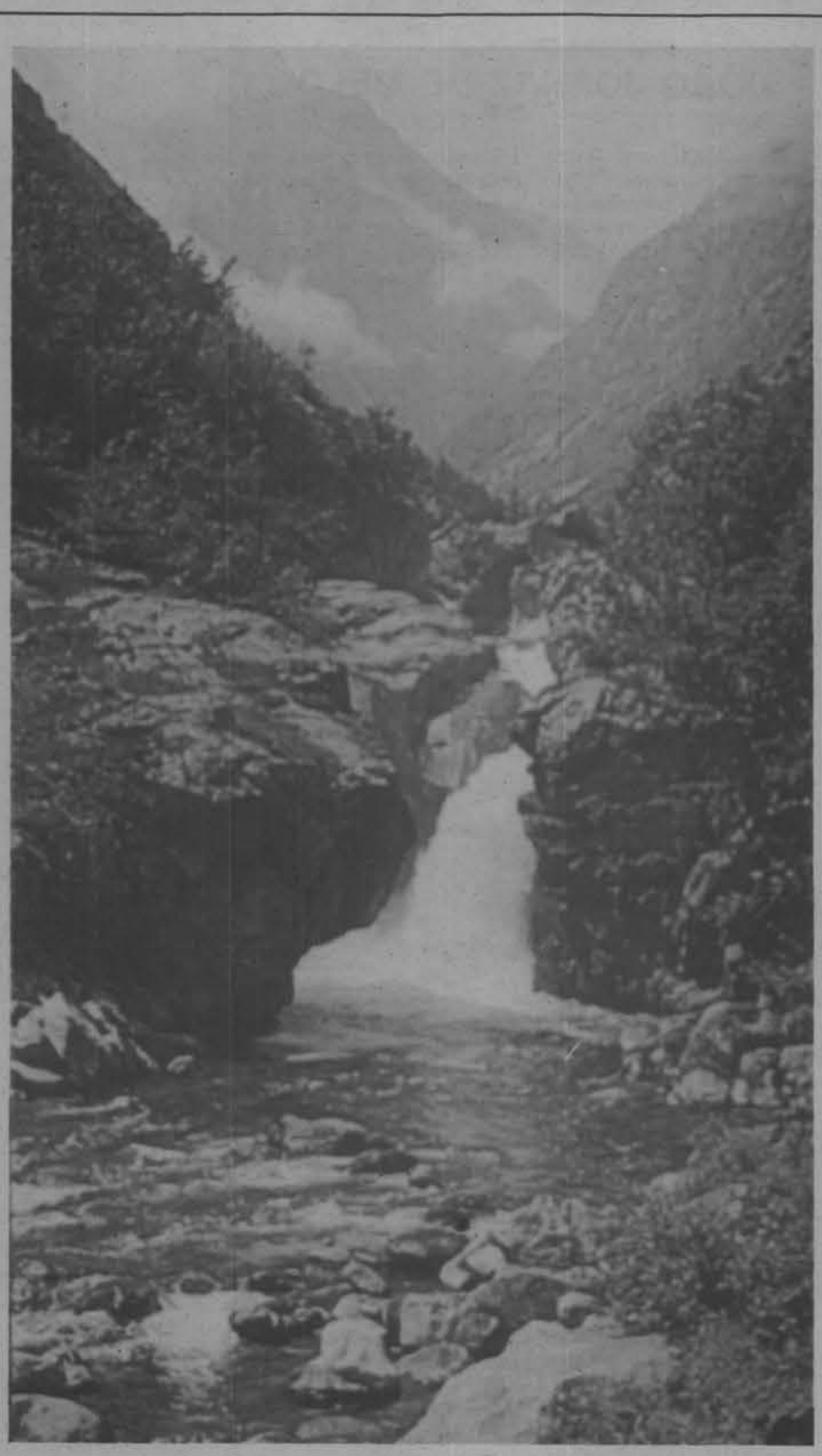
(Continuação da página 7)

mas de que essa produção não só perdure, como ainda não cause deseconomias fora desse espaço.

A florestação baseada em espécies regionais ou que já demonstraram estar bem adaptadas às condições ecológicas locais, não é vista exclusivamente como uma actividade com o fim de se obterem produtos lenhosos, mas também como uma acção que irá através da árvore criar condições estruturantes para a vida rural. A floresta desde que constituída por aquelas espécies, é melhoradora do solo jogando um papel importante no ciclo de nutrientes e fundamental no ciclo da água.

Estes conhecimentos que há muito são da «ciências para a compreensão» da Natureza, pouco têm a ver com os caminhos tantas vezes ínvios das «ciências para a manipulação» da Natureza, que insiste em querer industrializar o campo, no desconhecimento dos seus valores patrimoniais.

Pelo contrário, a floresta se constituída por espécies exóticas, deficientemente implantada ou deficientemente conduzida no que se refere ao processo cultural, é conforme a incidência destes factores, motivo de relativo aumento de antropia e por conseguinte a floresta poderá até contribuir para a desorganização do espaço, tornando-se incapaz de sustentar vida animal ou melhorar o solo e mesmo, a curto prazo, incapaz de suster a sua própria vida por excessiva mineralização do meio. Essas áreas tendem a tornar-se campos de cepos incrustados, uma vez que é dispendiosa a operação das surribas e pode durar decénios o apodrecimento das raízes. Por outro lado, a juzante dos terrenos erodidos, os caudais sólidos poderão subterrar as culturas, inverter os horizontes dos solos agrícolas, assorear os leitos e fazer transvazar as águas dos cursos naturais, provocando prejuízos ou mesmo calamidades diversas, e entulhar açudes ou barragens com prejuízos raramente contabilizados mas sempre de profundo significado social e económico. Como resultado de tudo isto temos um desbaratar de energias, conducentes a um grande aumento de entropia, empenhando drasticamente o futuro, um destruir de paisagens que só poderão ser bem transformadas conforme o homem, como diz Schumacher, se fôr colocando a um «nível mais alto» de consciência.



Ao vermos que, frequentemente em países de baixo índice cultural o território é mal tratado, podemos temer que numa perspectiva estritamente econometrista em relação à capacidade de uso agrícola dos nossos sócios, se conclua de forma maximalista e estrangeira em relação ao nosso Mundo Rural, que Portugal deva ser fundamentalmente destinado ao uso industrial da floresta, o que não é de algum modo aceitável. As árvores com grande capacidade de absorção de água, só deverão plantar-se em zonas do território significativamente chuvosas, porque doutro modo secam as fontes e os poços por enfraquecimento dos mananciais subterrâneos. As florestações com eucaliptos só deverão fazer-se em solos sem capacidade de uso agrícola (solos de «Utilização não Agrícola» do Esboço Geral do Ordenamento Agrário do SROA para Norte do Rio Tejo e ainda a norte do Rio Tejo fora de áreas especiais de conservação; a sul do Rio Tejo, em solos-de-rocha que não permitam a recarga de lençóis freáticos e fora de áreas especiais de conservação). Com estas espécies que vimos referindo, sempre que os terrenos não sejam planos, as plantações deverão fazer-se em vala-cômoro segundo as curvas-de-nível, para que se retenha a água e contenha a erosão.

A visão exclusivamente industrial da floresta, considera a árvore como um elemento da indústria extractiva, alheio à comunidade rural e à sua cultura que a respeita e lhe atribui dignidade. Aquela visão coaduna-se mal aos ritmos do processo biológico, aos processos da vida, tantas vezes considerados por ela empecilho à aceleração do crescimento económico pretendido pelo decisor externo ao Mundo Rural. Muitas das calamidades a que assistimos nomeadamente envolvendo a floresta, advêm de antagonismos que não consideram os fenómenos de complementaridade com que se faz a vida e se fazem os países. Estamos todos a seguir, a lógica da metropolitanização do território que é a mesma da desertificação do campo.

Não repudiamos o papel económico da floresta, simplesmente pretendemo-lo numa perspectiva mais ampla, a da economia do ecosistema, em que a árvore para além dos produtos lenhosos tem um papel fundamental na economia da água, porque, como temos vindo a assinalar, facilita a infiltração e sua armazenagem no subsolo, na luta contra a erosão e na formação do solo orgânico, como habitat de espécies animais, na função silvo-pastoril, na compartimentação do campo agrícola onde as sebes constituídas por árvores e arbustos da flora local desempenham uma função de significativa importância, e ainda com resultados excelentes dos arvoredos, nas áreas de repouso ou recreio proporcionando para além da amenidade, ar puro.

As plantações florestais deverão fazer-se em células compartimentadas por cintas de árvores e arbustos da flora natural regional, formando uma malha que será o habitat para a vida selvagem, nomeadamente das espécies de caça, que constituem uma componente significativa do interesse pelo campo e por conseguinte da economia rural. Esta malha orgânica o «continuo-natural» descrito pelo Prof. Caldeira Cabral, deverá ter uma estrutura e os seus nós de ligação relacionados com a topografia e de acordo com as áreas e faixas de terreno que cumpram funções significativas na organização e funcionamento do sistema natural. Procedendo de tal forma poderemos equilibrar alguns efeitos negativos das áreas destinadas à produção económica e ao mesmo tempo contrapor através do projecto, factores como a harmonia, a cultura e a fertilidade, atributos indispensáveis à beleza das paisagens e por conseguinte a uma fecunda vida rural.

Aos adultos, professores e pais, competirá em todas as circunstâncias chamar à atenção das crianças para o papel que tem a árvore desde que bem adaptada ao ambiente, como fonte económica e sustentáculo de vida e deste modo dar um contributo muito importante à organização do campo, com reflexos positivos em todo o País.

LÊ E DIVULGA
JOVEM reformista

CARLOS COELHO REUNIU COM DISTRITAL DE VISEU

O Presidente da JSD, Carlos Coelho, aproveitou a sua deslocação a S. Pedro do Sul, a convite da Comissão Política Distrital de Viseu, para uma Festa de Juventude local, para reunir com a estrutura distrital e com os Presidentes de todas as secções do distrito.

FOTOGRAFIAS

Na anterior edição do «JR», devido a um erro de montagem a que somos totalmente alheios, foram inseridas duas fotografias do 5.º Encontro de Estudantes Social-Democratas na peça sobre o debate da Proposta de Lei do Orçamento de Estado. Aos visados e aos nossos leitores pedimos as nossas mais sinceras desculpas.

Elevada participação no Seminário «A Mulher e o Poder Local»

Realizou-se no passado sábado em Lisboa, um Seminário sobre «A Mulher e o Poder Local» promovido pelas Mulheres Social-Democratas

CERCA de 400 participantes discutiram interessadamente durante todo o dia a participação da Mulher no Poder Local. Estavam representantes de Viana do Castelo, Bragança, Porto Vila Nova de Gaia, Beja, Santarém, Coimbra, Setúbal, Aveiro, Leiria, Faro, Castelo Branco, Portalegre, Angra do Heroísmo e Lisboa Área Oeste e Área Metropolitana. Como convidada especial, uma representante das Mulheres de São Tomé e Príncipe, a quem foi oferecida diversa aparelhagem audio-visual.

De realçar as intervenções de Manuel Moreira, António Pinto Leite, Leonor Beleza e Adelaide Lisboa. Os trabalhos foram muito participados com intervenções de autarcas vindos dos vários pontos do país dando testemunho do seu trabalho a nível local.

Nunes Liberato, Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, falou na sessão de encerramento, tendo referido, nomeadamente:

Em Dezembro de 87, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população do País cifrava-se em 10.270.000 habitantes, dos quais 5.309.000 são mulheres. Portanto, podemos constatar que 52% da nossa população é constituída por mulheres. Proporcionalmente ao número de homens, podemos dizer que há mais mulheres no Norte do que no Sul. A população do nosso País, ainda de acordo com o Instituto Nacional de Estatística está a aumentar a um ritmo de 4% ao ano. Os aumentos populacionais mais significativos verificam-se nos distritos de Setúbal e do Porto seguindo-se aumentos moderados em Aveiro, Braga, Lisboa, Faro e Madeira. Os distritos de Coimbra, Leiria, Viana do Castelo e a Região Autónoma dos Açores parecem ter estagnado em termos de aumento populacional. Podemos então afirmar que os distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém e Vila Real se encontram em regressão no que respeita ao seu povoamento. Diversos motivos podem ser apontados para esta desertificação, entre os quais a migração intensa das populações do campo para os centros industriais, em busca de um melhor salário e de uma estabilidade, que a agricultura nem sempre proporciona e ainda o fenómeno da emigração que afecta sobretudo ainda os Açores — com uma taxa de emigração de 8,2% — e os distritos da zona da raia e do interior do País. O Governo está fortemente empenhado na inversão desta situação, criando condições ao desenvolvimento do interior e ao ordenamento do nosso território. Desde já a futura rede de estradas de que disporemos até 1992, representa um passo importante neste sentido. Seguir-se-ão outras medidas, nomeadamente o reforço da capacidade financeira dos municípios do interior e o lançamento de acções de desenvolvimento regional preparando o grande desafio que a Europa constitui para nós a partir de 1992.



Leonor Beleza dirigindo-se às participantes

Estimular os municípios à cooperação

Mas sobretudo o XI Governo Constitucional tem procurado estimular os municípios portugueses à cooperação. Cooperação entre os municípios tendo em vista ganhos de escala e de capacidade de intervenção. Já se encontra na Assembleia da República uma proposta de lei de autorização legislativa sobre esta matéria. Cooperação dos municípios com a administração central. O diploma que regula os contratos — Programa foi publicado nos primeiros 6 meses de actividade do Governo.

A participação das Mulheres Portuguesas no Poder Local é em termos quantitativos, reduzida. De acordo com os últimos elementos fornecidos pelo STAPE, organismo que se ocupa da organização dos processos eleitorais, apenas cerca de 5% da totalidade dos eleitos locais são mulheres. A disparidade entre eleitos e eleitas locais, é pois muito grande. A análise da distribuição das mulheres pelos órgãos autárquicos, quando comparadas com o total de eleitos apurados, revela-se não homogénea, tendo maior peso nos órgãos deliberativos do que nos executivos. Com efeito é nas Assembleias Municipais e de Freguesia que as mulheres conseguem a sua melhor representatividade, respectivamente 8% e 4,7% enquanto que ao nível da Junta de Freguesia a sua expressão é menor (3,1%), e para a Câmara Municipal é apenas de 1,6%.

Actualmente, em 305 Presidências de Câmaras, 6 são ocupadas por mulheres, cabendo ao PSD as Câmaras Municipais de Estarreja e Santa Cruz da Graciosa.

Em termos de repartição geográfica podemos afirmar que na Região Autónoma da Madeira encontramos o maior número de mulheres autarcas — cerca de 16% do total de eleitas da região — seguindo-se o Distrito de Lisboa, 13%, a região do Alentejo e Distrito de Setúbal 10%, a região do Algarve 7% e a Região Autónoma dos Açôres 6%. A média nacional de mulheres autarcas eleitas cifra-se em 5,1% estando os Distritos e Regiões que atrás citei, acima do valor médio nacional.

Abaixo deste valor encontramos o Centro Litoral 4% o Norte, o Centro interior e Norte litoral 3%.

Face ao qua já referi é pois paradigmático existirem mais mulheres no Norte e contudo verifica-se nessa região uma participação mais reduzida na vida política por parte da respectiva população feminina.

Não tenho dúvidas que após 1989, data das próximas eleições autárquicas, os números serão diferentes. As mulheres sociais democratas têm de ser muito mais numerosas.

A insuficiente inserção da mulher na actividade política — actividade essa entendida como as práticas que se relacionam com a governação, com o Parlamento, com o Poder Local, com o os Partidos e de uma forma geral com o aparelho do Estado — é correspondente ao panorama que os números vieram revelar.

Como é sobejamente conhecido, em Portugal não existe formalmente qualquer descriminação entre homem e mulher, o que não impede que, por razões culturais, económicas e sociais, aquelas de facto subsistam, sob uma forma ou outra.

O artigo 13.º da Constituição garante a igualdade de todos os cidadãos, com a consequente recusa quer de privilégios quer de discriminações.

O Decreto Lei 392/79 de 20 de Setembro definiu o enquadramento legal daquele preceito constitucional, bem como os mecanismos de actuação que viabilizam a sua execução, através da publicação em 18 de Novembro passado, do Dec. Lei 426/88, o XI Governo Constitucional alargou as garantias estabelecidas no Decreto Lei 392/79, aos trabalhadores ao serviço da Administração Pública compreendendo-se neste conceito as Autarquias Locais.

O desenvolvimento do regime legal agora estabelecido encontra-se, tal como o próprio Decreto — Lei 392/79, na linha das orientações das organizações internacionais a que Portugal pertence, designadamente das Comunidades Europeias.

Nunes Liberato: Nas próximas eleições autárquicas as mulheres sociais democratas têm de ser mais numerosas

Reformismo e Transformação da Sociedade

Mas estamos cientes que a legislação, por si mesma, não resolve nada.

Só a reforma das mentalidades, dos comportamentos e das atitudes permitirá que a participação na vida pública seja totalmente independente do sexo.

Mas, tal como sempre tem defendido o Partido Social Democrata, o reformismo é a melhor maneira de alcançar o progresso e transformar a sociedade.

As mulheres sociais democratas estão na vanguarda desta luta. Não necessitam de quotas nem nos Órgãos Nacionais do Partido, nem nos Órgãos de soberania do Estado — que aliás constituiriam, em minha opinião, a negação dos objectivos que pretendemos alcançar. Pretendemos sim que lhes não sejam colocados entraves na sua participação na vida política e social do País; que disponham na realidade, de igualdade de oportunidades.

No Governo de que faço parte Leonor Beleza, Teresa Gouveia, Isabel Mota e Isabel Corte-Real, são nomes entre os mais prestigiados e que merecem justificadamente o orgulho e a admiração das mulheres sociais democratas.

A terminar, Nunes Liberato felicitou as organizadoras do seminário: «Faço votos para que a vossa organização prossiga os seus trabalhos com dinamismo, para bem do Partido Social Democrata e do País, a quem as mulheres Sociais Democratas tanto têm a dar».

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40
BOLETIM DE ASSINATURA
NOME: _____
MORADA: _____
COD. POSTAL: _____ LOCALIDADE: _____
ASSINATURA: NOVA ☐ RENOVAÇÃO ☐ SEMESTRAL ☐ ANUAL ☐
Junto envio cheque nº _____
Segue vale de correio nº _____
Junto numerário no valor de _____
(Assinatura)

DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO E AS G.O.P.

Economia e Finanças de boa saúde no quarto ano de progresso controlado

O Orçamento do Estado para 1989 baliza o quarto ano de progresso consecutivo.

Os resultados quanto à saúde da Economia portuguesa e relativamente à saúde das finanças públicas foram apontados pelo ministro das Finanças como introdução à apresentação, no Parlamento, da proposta de lei do OE/89. Miguel Cadilhe sublinhou que nos últimos três anos o Governo procurou a redução dos défices públicos sem deixar de assegurar os meios indispensáveis ao esforço de investimento e à melhoria dos serviços prestados em áreas prioritárias como a Saúde e a Educação, que foram levadas a cabo operações de regularização da dívida para-pública e de racionalização da dívida pública.



MIGUEL CADILHE — São promissores os resultados já atingidos

Em primeiro lugar, disse Miguel Cadilhe, regularizamos uma extensa *dívida para-pública.* Por um lado, temos procurado dar transparência a um largo expectro de passivos que andavam espalhados por fundos e serviços acumulados ao longo de anos, muitas vezes sem acerto com credores, sem pagamento de juros mas com unilateral capitalização, reflectindo, enfim, situações que desprestigiaram o Estado, abalaram a confiança de agentes económicos e provocaram perdas ou restrições no património e nas condições de exploração das empresas públicas financeiras e não-financeiras detentoras dos créditos.

Por outro lado, temos procedido, ou estamos em curso de o fazer, à assumpção pelo Tesouro de passivos de empresas públicas, de modo a diminuir muito sensivelmente irreparáveis desequilíbrios financeiros. Alguns desses passivos estavam ou estão garantidos pelo Estado.

Quer no caso de fundos e serviços autónomos, quer nos casos referidos de empresas desequilibradas, o que se fez ou está a fazer *é passar para a dívida pública convencional essas dívidas que, «de direito», estavam a cargo de entidades com autonomia financeira e patrimonial relativamente ao Estado, mas que, «de facto», tinham o Tesouro como responsável de última instância* — instância, aliás, em falta em diversas dessas situações.

O «peso relativo» do défice de OE caiu de 60 por cento entre 1985 e 1988.

Deste modo, e porque o Governo resolveu, e muito correctamente, limpar essas dívidas que vinham do passado, resulta que *aumenta o «stock» da dívida pública e vem agravado, também, o «fluxo» anual dos juros no Orçamento do Estado.*

Em segundo lugar, merece destaque a decisão do Governo, que vem desde há três anos, de *racionalizar, progressivamente, as emissões e os preços* da dívida pública. É matéria da maior importância para a própria *racionalidade básica* da Economia portuguesa.

Estamos a praticar, desde 1986 inclusivé, uma *taxa de juro média implícita pública* igual ou superior à *taxa de juro de depósitos a prazo a 6 meses* (líquida de impostos, porque aquela também o é).

É longo o caminho, mas, permitam que o diga, são promissores os resultados já atingidos nos anos 1986 a 88.

Prosseguiremos com a mesma estratégia. Em 1986 a velocidade terá de ser, talvez, mais moderada. Mas não nos entendam mal. *Não está em causa a estratégia gradualista de redução do peso percentual do défice do Estado no PIB. É apenas uma questão de ritmo anual,* porque temos todo o interesse em investir fortemente na modernização do País e em aproveitar a comparticipação dos fundos estruturais da CEE, o que requer mais despesa pública e, portanto, mais défice orçamental, ou melhor, mais tempo para reduzir aos níveis relativos que são recomendáveis na Economia portuguesa. Conciliamos, assim, dois objectivos parcialmente divergentes.

Políticas dirigidas à realização dos principais objectivos macroeconómicos traduzem-se na continuação do crescimento não inflacionista

O Orçamento do Estado para 1989, disse mais adiante o ministro das Finanças, insere-se num conjunto de políticas dirigidas à realização dos principais objectivos macroeconómicos para 1989, que se traduzem na continuação do crescimento não inflacionista. O que requer o prosseguimento da moderação da procura interna, com especial relevo para o consumo, colocando particular exigência na condução das políticas monetária e orçamental, apoiadas por uma política de rendimentos claramente desinflacionista.

Os objectivos para as principais variáveis macroeconómicas traduzem-se quantitativamente numa desaceleração da procura interna para cerca de 4 3/4 por cento em termos reais, assente em particular no consumo que deverá crescer na casa dos 3 por cento. No sector externo espera-se um crescimentlo das exportações da ordem dos 6 por cento e a continuação da moderação da elasticidade das importações à procura global, já visível no ano em curso. Ao mesmo tempo, é fundamental a retoma do processo de desinflação, visando a aproximação à média da CEE.

A *política monetária* deverá ter em 1989 um papel reforçado na prossecução dos objectivos enunciados. A versão preliminar do programa monetário do Banco de Portugal — enformado por esses mesmos objectivos — prevê uma desacelaração significativa da liquidez de residentes que em fim de ano deverá apresentar um crescimento dentro de um intervalo de amplitude de 3 por cento percentuais perto de 9 por cento. O cumprimento de tais objectivos pressupõe o reforço do financiamento não bancário, designadamente do Estado, implicando uma mais exigente gestão da dívida pública.

A *gestão da dívida pública* adquire, aliás, uma importância acrescida num momento em que deverá apoiar a transição para um regime de controlo monetário indirecto, bem como constituir um factor de modernização do sistema financeiro português. O Governo preparará, com a colaboração do Banco de Portugal, um *programa anual de dívida pública,* incluindo o doseamento intra-anual do fluxo de emissões, a sua articulação com o programa monetário e a sua prespectivação como política de captação de poupança.

O andamento referido para os agregados de liquidez, conjugado com as necessidades de financiamento do sector público, implicará um crescimento muito moderado do financiamento bancário ao sector produtivo. O que não impedirá o bom crescimento do investimento, dados o grande progresso verificado na capacidade de auto-financiamento das empresas — bem patente nos valores da respectiva poupança — as comparticipações associadas aos fundos comunitários e a possilibidade de recurso ao mercado de capitais.

Prossegue atenuação da desvalorização do Escudo

De forma consistente com os objectivos de desinflação e com a necessária moderação dos custos unitários salariais e da procura interna prosseguir-se-á em 1989 a atenuação da *desvalorização do escudo,* disse ainda o ministro Miguel Cadilhe.

O reforço da capacidade competitiva da economia decorrente do comportamento do investimento produtivo permite, de facto, dispensar de forma gradual aquele instrumento da política económica que, aliás, se tornará progressivamente menos disponível no contexto da integração monetária e financeira. As empresas terão de encontrar nos ganhos de produtividade o seu principal factor de competividade. Todavia, a política de rendimentos deverá assegurar um crescimento salarial que não destrua tais ganhos de competitividade e seja um factor efectivo de desinflação. A este nível, é fundamental que a política de rendimentos seja novamente geradora de expectativas convergentes no sentido da redução da inflação, sob pena de este objectivo ter de vir a ser prosseguido no fututo por políticas macroeconómicas de gestão da procura de rigor acrescido.

Tendo de dar resposta a um conjunto de exigências que se colocam no processo de modernização e desenvolvimento da economia portuguesa, *a política orçamental* não poderia deixar de adoptar medidas consistentes com os grandes objectivos macroeconómicos.

As despesas de capital veiculadas através do PIDDAC conhecerão um forte impulso, ao mesmo tempo que as *despesas com sectore prioritários como a Educação e a Saúde verão reforçado o seu peso nas chamadas «despesas discricionárias».* Estas são as que dependem directamente da vontade do Governo — não incluíndo, designadamente, os juros da dívida pública, as transferências para a CEE e para as Autarquias Locais — e verão o seu peso no PIB reduzir-se de cerca de 21,5% para 21%, correspondendo ao esforço de contenção realizado na preparação do OE89.

A previsão das receitas fiscais para 1989 apresenta um grau de incerteza acrescido, dada a circunstância de se tratar do ano de introdução da Reforma Fiscal.

Apesar da moderação relativa das taxas dos impostos, as exigências da política macroeconómica impõem uma boa «perfomance» das receitas fiscais, — relembro que temos a mais baixa taxa de tributação directa da CEE — assente no alargamento da base tributária. Este decorrerá desde logo do conceito de rendimento adoptado no IRS ou no IRC. E também da racionalização dos benefícios fiscais — a consagrar, no respectivo «estatuto» no quadro da Reforma Fiscal, bem como por decreto-lei acabado de aprovar em Conselho de Ministros na sequência do art.º 50.º da Lei do OE88 — que levará à eliminação de autênticos «oásis fiscais» que se foram criando no actual sistema. Ao mesmo tempo, prosseguirá o Governo os esforços no sentido de uma eficácia acrescida na cobrança dos impostos, o que constituirá, simultaneamente, um factor da maior justiça fiscal.

Tendo em conta a evolução esperada das receitas, a execução do OE89 deverá conduzir a um *excedente primário da ordem dos 1,5 por cento do PIB,* o que representará um ganho de mais de 1 ponto percentual face ao valor previsto para 1988. São os juros da dívida pública que, ao conhecerem um apreciável aumento do seu peso relativo, impedem um progresso sensível na trajectória descendente do défice do Estado.

DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO E AS G.O.P.

Informar e mobilizar a Sociedade Valorizar os recursos humanos Reconverter e modernizar a Economia

Informar e mobilizar a sociedade, valorizar os recursos humanos, reconverter e modernizar a Economia. A nossa preocupação é o desenvolvimento e o chamamento à corrente de progresso de todos os que nela se quiserem integrar.

TEMOS a coragem de ser selectivos e de dizer a alguns que o seu papel e os seus problemas são, seguramente, para eles e para nós, muito importantes mas não são, neste momento, os mais importantes — afirmou Valente de Oliveira, ministro do Planeamento e da Administração do Território, ao defender as Grandes Opções do Plano 1989-1992.

Haverá um dia, prosseguiu Valente de Oliveira, em que, resolvidos muitos outros, esses problemas hão-de passar para primeiro plano, tornando-se prioritários. Mas, em 1989 e até 1992, há estrangulamentos maiores cuja resolução abrirá novas oportunidades e justificará outras ambições nos anos seguintes.

São três as grandes opções de definimos: informar e mobilizar a sociedade; valorizar os recursos humanos e fortalecer o tecido social; reconverter e modernizar a economia. São opções amplas e poder-se-á dizer que, nestes termos, ninguém delas discordará.

Em relação à primeira opção, ou somos capazes de mobilizar vastas camadas da população portuguesa para a grande realização europeia que está diante de nós, ou corremos o risco de ver surgir cisões internas, espaciais ou sectoriais, caminhando diferentes grupos a velocidades distintas.

A mobilização da Sociedade tem instrumentos directos e indirectos. Coisas tão gerais como a valorização da Língua Portuguesa e a revitalização da nossa herança cultural têm resultados imediatos na correcção da expressão e na facilidade de comunicação mas também os têm indirectos, no quadro de uma estratégia da lusofonia no Mundo.

A nossa ambição, porém, não é só a de olhar para o ensino como um instrumento de formação de recursos humanos; é, também, a de formar pessoas cultas, nas quais convirjam os benefícios da formação científica, da formação humanística, e da formação profissional, levando cada um a entender melhor a sua posição no espaço e no tempo e a contribuir, de modo consciente e participativo, para as realizações da nossa época.

A mobilização da Sociedade envolve todos os agentes potencialmente activos. Conhecemos o dinamismo das autarquias locais em Portugal, estando ou em boa posição para servir de testemunha do devotamento da imensa maioria dos seus titulares.

As associações voluntários quer de bombeiros, quer culturais ou de apoio à terceira idade ou à infância, ou desportivas demonstram expressivamente o seu dinamismo.

As associações económicas demonstram dinamismo equivalente. Querem informar, formar e apoiar por todos os modos os seus associados e querem projectar para o exterior as actividades em que eles se ocupam.

É o apoio a todas estas forças organizadas da Sociedade Portuguesa capazes de empurrar eficazmente o processo do seu desenvolvimento que nós devemos garantir. Dessa forma o Estado não observará funções para as quais não tem vocação nenhuma e, por outro lado, mobilizam-se energias e vontades que estão ansiosas por participar porque é da nossa natureza o associarmo-nos em torno de causas justas.

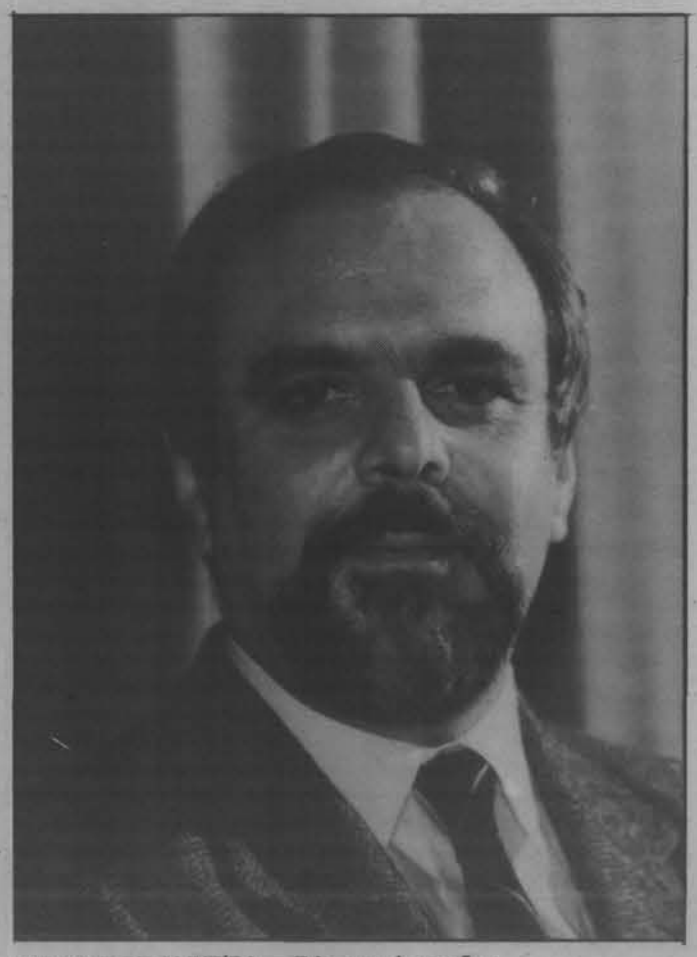
Em relação à segunda Grande Opção, não são necessários muitos comentários. A maior riqueza de um povo é, seguramente, a qualidade das suas próprias gentes. Se estas forem muito preparadas e, por vida disso, capazes de enfrentar todas as mudanças tecnológicas, comandar essas mesmas mudanças, alimentar o progresso científico e tecnológico e antecipar o futuro, as melhores vantagens comparativas que nós podemos obter estarão garantidas.

Por isso enunciámos como prioritárias a generalização do acesso à educação, a elevação do nível geral da educação, a melhoria da qualidade da educação, a formação profissional processada nos termos modernos que a flexibilidade das profissões e do trabalho impõem, a acentuação do papel da investigação científica e tecnológica, etc.

Depois do que anteriormente referi sobre a importância que tem para nós a realização pessoal não é necessária justificação para a inclusão nesta Grande Opção, das acções do domínio da Saúde, do Desporto, da Juventude, da Habitação e da Segurança Social. Todas elas contribuem, a seu modo, para a «Valorização dos Recursos Humanos» e para a posição central que esta ocupa nas nossas preocupações.

A «Reconversão e Modernização da Economia» tem numerosas vertentes, disse o ministro do Planeamento.

Depois de muitos anos sem se verificar um esforço de investimento importante nos instrumentos que proporcionam economias externas às empresas, prosseguiremos, no quarto ano consecutivo, com realizações importantes nas estradas, nos aeroportos, nos portos, nas telecomunicações,... Eles são simultaneamente, instrumento de uma política económica — proporcionando essas economias externas — e de uma política regional. Os factos de localização das empresas estão em vias de se alterar profundamente



VALENTE DE OLIVEIRA — Três grande opções

porque as distâncias encurtam, os tempos de viagem reduzem-se, os custos experimentam cortes substancias e a segurança e a fiabilidade das comunicações aumentam radicalmente. Isso vai determinar uma alteração da «paisagem económica» do País e vai, também, proporcionar a mobilização de muitos recursos endógenos que tinham nos custos dos transportes e das comunicações um obstáculo de monta para a sua viabilização. Quer isto dizer que vão surgir novas oportunidades de lançamento de novas actividades económicas, diversificando o novo perfil industrial, agrícola e de serviços. A diversificação dos produtos bem como o acrescentamento de valor sistemático e a preocupação da garantia de permanência das vantagens comparativas adquiridas e de conquista de outras novas, representam, afinal, as grandes orientações da modernização que queremos. Delas decorrem todos os procedimentos tácticos que propomos, isoladamente ou em parceria com a Comunidade Europeia, através dos fundos estruturais ou das linhas específicas que, para a agricultura e para a Indústria, Portugal conseguiu obter.

Ordenamento do Território e Recursos Hídricos

O ministro Valente de Oliveira referiu-se ainda a duas áreas que estão sob a sua tutela, o ordenamemto do território e os recursos hídricos.

Compreende-se, que, à força de tornar o País mais pequeno por via do encurtamento das distâncias, dos tempos e dos custos dos transportes, muito coisa se há-de alterar em termos de povoamento.

Este não pode continuar a processar-se em torno das duas grandes metrópoles ou de forma anarquicamente dispersa ao longo do território e, especialmente, da sua faixa litorial Norte e Centro.

O ideal seria que as inúmeras decisões de localizações das actividades humanas conduzissem ao robustecimento das cidades e vilas de tamanho médio. Não podendo, nem devendo, comandar essa localização de forma rígida, é na sequência e em articulação com as grandes melhorias rodoviárias que desenvolveremos uma acção muito mais disciplinadora, no que toca ao planeamento urbanístico e à protecção das paisagens. Mas isso não é senão a consequência lógica da racionalização da aplicação dos dinheiros públicos e, indirectamente, da dos privados, porque a experiência mostra que tem havido, quanto aos últimos, muitos casos de ganância ou de individualismo injustificado e, por isso, intolerável e quanto aos primeiros, algum arrastamento comandado por soluções insensatas respeitantes às segundas.

Os recursos hídricos são, em Portugal, abundantes mas caros porque a chuva é irregular no tempo e no espaço. Todavia, há alguns solos de excelente qualidade e há a energia imensa do sol que nos proporciona um clima que autoriza muitas ambições. É preciso é conjugar no tempo e no espaço, as principais acções que carecem de uma coordenação apertada para proporcionarem uma recuperação justa e oportuna dos meios investidos. Este sector não pode deixar de constituir motivo da maior atenção para o Governo.

MILITANTE E SECÇÃO
COLABORA
NO POVO LIVRE

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO E AS G.O.P.

10 a 12 mil fogos por ano para venda e arrendamento

O ministro Oliveira Martins revelou no Parlamento, durante o debate das GOP e do Orçamento para 1989, que o Governo acaba de aprovar um «Programa de Desenvolvimento da Habitação Social» para o quadriénio 1988-1991 visando tornar disponíveis em cada um desses anos 10 a 12 mil fogos para venda e arrendamento.

Espera-se com esse programa, disse o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, corresponder às iniciativas que os Municípios, as cooperativas e as empresas privadas possam tomar na promoção deste tipo de habitação, continuando a ser, para tal, encorajadas pelo Governo.

Outros números revelados por Oliveira Martins durante aquele mesmo debate, referem-se, entre outros, ao total das despesas do seu Ministério, previstas para 1989 que atinge 76 595 milhares de contos, mais 16,4 por cento do que em 1988. As despesas de funcionamento são de 14 567 milhares de contos (mais 3 por cento), as despesas de investimento somam 58 030 milhares de contos (mais 21,4 por cento).

Verifica-se que, pelo terceiro ano consecutivo, sublinhou o ministro, as despesas de funcionamento dos serviços são fortemente limitadas — são mesmo inferiores a 1988 em termos reais — criando, assim, disponibilidades para o aumento das despesas de investimento. Dentro do PIDDAC do Ministério das Obras Públicas, os investimentos em vias de comunicação e em habitação ocupam um lugar de grande relevo. Do total de 58 0300 milhares de contos, os investimentos a cargo da JAE e outros organismos atingem cerca de 44 750, ou seja 82 por cento daquele total. Por outro lado, na habitação, os investimentos somam 6009 milhares de contos, ou seja 10,4 por cento do total.



OLIVEIRA MARTINS — Programa de desenvolvimento da habitação social

Os investimentos em vias de comunicação, para além dos que constam do PIDDAC dos serviços do Estado, abrangem também os realizados por empresas públicas: CP, em parte, Metropolitano de Lisboa, ANA e BRISA. Tudo somado, os investimentos em vias de comunicação passarão de 72 milhões de contos em 1988 para 104 milhões de contos em 1989, ou seja mais 44,4 por cento.

No que se refere aos investimentos em habitação previstos no PIDDAC, eles traduzem à intervenção do IGAPHE na comparticipação 50 por cento, da construção de habitação social realizada pelas Câmaras Municipais para realojamento de famílias vivendo em condições precárias; e na comparticipação, também em cooperação com as Câmaras, das despesas de recuperação de imóveis degradados e que são objecto de arrendamento habitacional, conforme um programa criado recentemente pelo decreto-lei n.º 4/88 de 14 de Janeiro (Programa RECRIA) e cujos efeitos estão a ser muito favoráveis.

Como tem sido frequentemente posto em relevo, a política de habitação do Governo confere prioridade à habitação a custos controlados (habitação social) e à habitação dos jovens.

Recentemente, através do já citado programa RECRIA, atribuiu-se grande relevo à recuperação de imóveis degradados, objecto do arrendamento habitacional.

De uma forma descentralizada, em apoio aos Municípios, às cooperativas de habitação e às empresas privadas construíndo no regime dos CDH's, têm intervindo, além das instituições especiais de crédito, o INH e o IGAPHE (só este último com expressão no PIDDAC, repete-se).

Os financiamentos anualmente disponíveis para construção, são da ordem dos 40 milhões de contos e espera-se que sejam mantidos no próximo ano de 1989.

Entrevista com Lívio Borges

(Continuação da página 5)

membro do Conselho Directivo da ANASD, que nos contactos permanentes com as estruturas do Partido como Secretário-Geral-Adjunto programou mais de metade dos colóquios e cursos de formação realizados em colaboração com as Comissões Políticas Distritais e Concelhias.

Já o afirmei publicamente; reafirmo-o aqui.

Nestes 2 anos e meio, a ANASD promoveu até 5 de Novembro de 1988, 64 acções em que participaram 3.576 autarcas. Se considerarmos o índice quatro de difusão da informação, foram sensibilizados mais de 14.000 pessoas em todo o País.

Acções	1986	1987	1988 Nov.	Total	Participantes
Conferências	—	—	2	2	117
Seminários	1	—	2	3	277
Colóquio	5	5	6	16	1369
Cursos de formação	5	7	31	43	1815
Totais	**11**	**12**	**41**	**64**	**3576**

«P. L.» — Antes de indagar sobre o programa para 1989, acode ao espírito uma questão: porque somente agora são difundidos estes dados?

L. B. — A resposta simplificada poderia ser: porque só agora o «Povo Livre» perguntou. Mas a questão não é essa, dado que o jornal tem estado sempre disponível para a ANASD. A questão é outra.

A ANASD, como associação de autarcas, poderia representar mais de 16.500 autarcas do PSD.

A Associação poderia constituir um forte grupo de pressão dentro do Partido, mobilizador eventualmente de reivindicações ao nível dos municípios e das freguesias.

A exteriorização e a publicidade constantes não seriam motivação para transformar a Associação em grupo de pressão?

A composição do Conselho Directivo da ANASD obedeceu a esta orientação subjacente; sendo todos autarcas, ou tendo-o sido, nenhum é Presidente de Câmara, nenhum é Presidente de Junta de Freguesia.

Aonde não haja previsão não há gestão, mesmo dos fenómenos políticos.

Por outro lado, é meu entendimento que as acções de formação e de informação são um trabalho de formigas, e não tendo tarefas de cigarras. Antes o trabalho silencioso das formigas que o canto incómodo das cigarras. Outros virão que podem alterar estas orientações. Por mim, aplaudi-lo-ei, se os resultados forem benéficos.

«P. L.» — No entanto, no recente Congresso do PSD, houve pelo menos uma voz crítica à actuação da ANASD. Como explica o facto?

L. B. — Como lhe disse não estive presente, pela primeira vez, no Congresso do Partido, por razões conhecidas. Embora votado na minha Secção, entendi fazer-me substituir.

Dir-lhe-ei, porém, que um sócio da ANASD tem o direito e o dever de informar-se e de ser informado. Se o não faz, poderá ter outros objectivos.

Devo, no entanto, notar que no seminário sobre «A Regionalização Administrativa do Continente na Revisão Constitucional», realizada em Lisboa, em 30 de Outubro, o sócio teve a amabilidade e a ombriedade de reconhecer, em parte, o seu erro e de tecer encómio breve à organização daquele seminário. É assunto encerrado.

«P. L.» — Uma questão ficou em suspenso. O quinto objectivo era a colaboração no processo de regionalização do Continente. O que tem sido feito pela ANASD? Entende que é um processo evolutivo, em que os autarcas social-democratas devem estar empenhados?

L. B. — Pede-me uma opinião pessoal, a opinião de um militante do PSD. A ANASD não tem, nem deve ter, uma orientação própria sobre esta questão política. O problema da regionalização administrativa do Continente está em aberto, é um problema quente. Há opiniões a favor e contra a regionalização administrativa do Continente, o que é natural em um partido social-democrata.

Por isso, tem sido entendido que deve ser realizada a sua discussão nos órgãos próprios do Partido e perante os autarcas social-democratas.

O programa da ANASD de 1987 previa a realização de 18 colóquios distritais sobre a regionalização administrativa do Continente, de que realizámos apenas dois, pelas razões já expostas, isto é, pela concentração de todos os esforços na campanha eleitoral para as legislativas.

Em 1988 retomámos o tema centrado na revisão constitucional.

Reunimos e temos difundido uma vasta documentação e, desde orientações da Comissão Política Nacional, publicadas no Povo Livre, a artigos de opinião de vários militantes do PSD (professores universitários, membros do Governo e outras entidade) e, bem assim, a estudos comparados das propostas de lei apresentadas por todos os partidos políticos.

As acções de formação e de informação são um trabalho de formigas, e não tarefas de cigarras

A análise e a discussão de uma temática vasta e complexa, na realidade de um problema político de construção do votado, permitem a aferição das opiniões e a criação de um consenso natural.

Em outros colóquios e cursos de formação por todo o País tem-se verificado alguma ultrapassagem de conceitos iniciais relevantes.

É conveniente recordar o apótema de Narana: aprender para conhecer, conhecer para compreender, compreender para julgar (cito memória em resumo).

A acção da ANASD é apenas a de informar os autarcas social-democratas. Tem-no feito, sempre com o apoio das mais altas autoridades intervenientes no processo.

Emito a opinião pessoal de que a regionalização administrativa do Continente será, em futuro próximo, imperiosa e irreversível, por várias razões de que refiro as seguintes fundamentais:

1.ª — para realizar, com maior eficiência e eficácia, e equilíbrio entre a zona litoral atlântica e a zona litoral interior com a Espanha, para garantir desenvolvimento económico e progresso social e evitar a osmose natural da raia espanhola;

2.ª — Para coordenar em melhores condições o aproveitamento dos fundos nacionais e comunitários que ocorrem em Portugal em grande volume, em consequência do desenvolvimento económico geral de Portugal, e para assegurar a coesão económica e social das regiões periféricas da Europa;

3.ª — para promover a coordenação necessária em espaços mais alargados de novas atribuições e competências ou de delegações de competência para desconcentrações, atribuídas aos municípios, que não será alcançada pela proliferação de associações de municípios com finalidades sectoriais, nem pela multiplicidade de institutos públicos sectoriais;

4.ª — para colaborar em tempo útil, para o ano 2.000, no planeamento, na programação e na elaboração de projectos sobre ordenamento do território, a urbanização, as redes de transpostes, a habitação, a saúde, e o ensino, coordenando as acções intermunicipais e as acções de intervenção em cooperação com o Governo nos investimentos públicos, de que o sector de habitação é um exemplo;

5.ª — para, finalmente, atenuar o impulso das oposições que constituirão a regionalização administrativa do Continente com bandeira política significativa.

«P. L.» — Para 1989, está estabelecido o programa da ANASD?

L. B. — Anualmente, é celebrado com o IPSD um Protocolo de colaboração em que estão definidos os apoios financeiros e Regióticos e o plano de actividades.

O Plano de Actividades para 1989 está condicionado a dois factores, quanto aos temas a escolher e quanto à sua duração: por um lado, as eleições para o Parlamento Europeu, em Junho e, por outro, as eleições autárquicas, eventualmente em Dezembro de 1989.

Deste modo, a temática incidirá sobre as questões essenciais das autarquias no plano europeu e sobre a formação dos autarcas em estreita colaboração com as Comissões Políticas Distritais e Concelhias do PSD e da JSD.

As actividades da ANASD serão concentradas no período de 8 de Janeiro a fins de Maio.

As acções de formação abrangem: conferências, seminários nacionais, colóquios regionais e distritais; cursos de formação distritais e concelhios.

Esperamos realizar também um colóquio na Região Autónoma da Madeira e outro na Região Autónoma dos Açores.

Além disso está prevista a realização do II Encontro Nacional de Autarcas Social-Democratas, em estreita colaboração com o PSD, a exemplo do I Encontro, efectuado em Dezembro de 1986.

CONVOCATÓRIAS

Amares

Ao abrigo dos Estatutos e conjugada com solicitação da Comissão Política Concelhia do Partido, convoca-se a Assembleia Concelhia, para no próximo dia 19, pelas 21H30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Deliberar sobre a problemática das eleições para os Órgãos Concelhios.
2 — Análise da situação político-partidária no concelho.

Aveiro

Dando-se cumprimento à recomendação constante na circular n.º 26 de 14.04.88, do Conselho Nacional do PSD, convoca-se uma Assembleia de Militantes, para o próximo dia 6 de Janeiro de 1989, pelas 16H30, na Sede da Comissão Concelhia de Aveiro, Av.ª Dr. Lourenço Peixinho, n.º 117 — 1.º, em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição da Mesa da Assembleia Concelhia e Comissão Política Concelhia (das 16H30 às 21h30).
2 — Apreciação e aprovação do Relatório e Contas (início às 22H00).

Almada

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Almada do PSD para reunir extraordinariamente em Assembleia de Secção no próximo dia 16, pelas 21 h., no Cinema Cristal (Centro Comercial M. Bica) em Almada (R. Luis de Queirós ou Rua Garcia de Orta), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Eleição para a Comissão Política de Secção de Almada do PSD:
a) Apresentação das candidaturas
b) Votação

Nisa

Nos termos do art.º 49.º dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Secção de Nisa, para o dia 29 de Dezembro próximo, pelas 21 horas nas instalações da Junta de Freguesia do Espírito Santo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
3 — Eleição da Comissão Política da Secção
4 — Eleição de Delegados à Assembleia Distrital.

Peso da Régua

Ao abrigo do artigo 48º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção Concelhia do Peso da Régua, para reunirem em Assembleia, a realizar no próximo dia 9, pelas 21 horas, na Escola Primária nº 1 da Régua, Avenida Dr. Antão de Carvalho, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Análise da situação política
2 — Eleição dos órgãos concelhios e dos delegados à Assembleia Distrital.

Paranhos

Ao abrigo do Art. 40.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia da Secção de Paranhos do PSD para reunir no próximo dia 9 de Dezembro pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 — Assuntos de interesse para a Secção
Ponto 2 — Análise da situação política.

Póvoa de Lanhoso

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 21 pelas 18 h, na nova sede Concelhia, sita no gaveto da Rua Comandante Luís Pinto da Silva, n.º 1, 4.º andar, nesta Vila da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição da Mesa de Assembleia, da Comissão Política de Secção e dos delegados à Assembleia Distrital (das 18 às 22 h).
2 — Apreciação da situação política local.

Secção B

A requerimento da Comissão Política da Secção B, ao abrigo do art.º 57.º dos Estatutos do PSD aprovados no XIII Congresso Nacional, e do art.º 13.º do Regulamento Interno da Secção B da A. M. L., aprovado em Assembleia de Secção em 87/04/13, convocam-se todos os militantes do Núcleo da Freguesia de S. João de Deus do PSD, para uma Assembleia Extraordinária a realizar hoje (Quarta-Feira), pelas 21.30 h., na Sede da Secção B, ao Campo Pequeno, 16-3.º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Análise da situação política autárquica.

Santo Tirso

Nos termos estatutários e na sequência da deliberação tomada pela Assembleia da Secção de 03/12/88, convoca-se a Assembleia Eleitoral para o próximo dia 17/12/88, com a seguinte ordem:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição dos órgãos — Comissão Política Concelhia, Mesa da Assembleia da Secção e representantes à Assembleia Distrital.
O acto eleitoral decorrerá desde as 18 até às 22 horas desse dia.

Santa Maria da Feira

Nos termos do Art. 49.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD, para reunir ordinariamente no dia 7 de Janeiro (sábado), pelas 15 horas, na Sede Concelhia do Partido na Rua dos Descobrimentos com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Marcação de Eleições para os Órgãos Concelhios do partido para o biénio 89/90.
2 — Apresentação do relatório e contas de gerência do biénio 87/88.
3 — Análise e discussão de assuntos de interesse para o Partido.

Torres Vedras

Ao abrigo do art. 49.º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião Ordinária no próximo dia 17 pelas 21 horas, na sua Sede em Torres Vedras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações sobre a actividade da Secção;
2 — Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital Área Oeste.

Manuel Moreira contacta estruturas

O Secretário-Geral Adjunto do P.S.D., Manuel Moreira, efectua deslocações a várias localidades do País.

— Dia 9, sexta-feira, às 20 horas, participa num jantar de confraternização de Natal, dos militantes do Seixal do P.S.D.

— Dia 10, sábado:

— às 11 horas, participa no Encontro Distrital de Autarcas Social Democratas de Coimbra, que terá lugar na Sede Distrital, sita à Rua Combatentes da Grande Guerra, 23, onde abordará o tema: «Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989».

—às 16 horas, preside a um colóquio da Secção de Guimarães do PSD, sita no Lg. do Toural, 124, onde abordará o tema: «Estratégia Eleitoral do P.S.D. para as Eleições Autárquicas de 1989».

Dia 13, terça-feira, às 21,30 horas, preside a uma sessão de esclarecimento na Secção de Oeiras do P.S.D., sita à Rua Heliodoro Salgado, 12, onde abordará o mesmo tema.

Correia Afonso dirige debate

No próximo dia 12, às 19 horas, a Secção do PSD da Central de Cervejas levará a efeito um debate subordinado ao tema: «O PSD e os Partidos da Oposição» dirigido por Correia Afonso.

Nos meses de Outubro e Novembro foram levados a efeito mais dois debates, subordinados aos temas e a cargo de: «As Funções do Parlamento» por Conceição Monteiro e «O Momento Sindical» por Arménio Santos.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Figueiró dos Vinhos

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente — Manuel Alves da Piedade
Vice-Presidente — Alvaro Santos Lopes
Secretário — Manuel Henriques da Conceição

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — Dra. Maria Amélia Dias Santos Alves
Vice-Presidente — João Simões Rodrigues
Tesoureiro — Jorge Manuel Alves Domingues
Vogais — José Manuel Fidalgo Abreu Avelar, Nelson Passos Quintas, Fernando Santos Conceição, Abílio Manuel Faria Assunção, Manuel Gameiro, Lúcio Lopes dos Santos e — Antonio da Piedade Pais

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Jorge Manuel Alves Domingues, Nelson Passos Quintas e Fernando Santos Conceição.

Joanesburgo

MESA DA ASSEMBLEIA
Presidente — António Lima dos Santos
Vice-presidente — Armando Jorge Ferreira da Silva
Secretário — Manuela Soares Caetano

COMISSÃO POLÍTICA
Presidente — Fernando Lagoa
Vice-presidente — Arnaldo Salazar Guimarães
Secretário — Mário Monteiro
Tesoureiro — Mário José Ferreira
Vogais — Luisa Monteiro, Milva Lagoa, Ana Heitor, Luís Cabanelas, Fernando Castro, Mário Ferreira, José Mateus de Castro e Jaime Lima

Secção G

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Armando Aníbal Martins
Vice—presidente — Francisco José Fernandes Martins
Tesoureiro — Humberto Sebastião S. Marques Conceição
Vogais — Nelson Santos Almeida, José Patrício dos Reis, Manuel Filipe Correia de Araújo, Carlos Manuel Vieira de Almeida Álvares de Carvalho, José dos Reis Martins, Ivo Guimarães Passos, Maria Teresa Sá Lopes Carvalho Ramos e António Ferreira Matos Gomes

MESA DA ASSEMBLEIA
Presidente — Luís Gomes Ferreira Leão
Vogais — Adelino Rosa Duarte e Joaquim Dias Semedo.

Rio Maior

MESA DA ASSEMBLEIA DA SECÇÃO

Presidente — Mário de Oliveira Mendes dos Santos
Vice-Pres. — Fernando Rato Natálio
Secretário — Hermínio Sequeira Fróis de Figueiredo.

COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO

Preseidente — José da Silva Pulquério
Vice-Pres. — António dos Santos Almeida
Tesoureiro — José António do Coito Paulo da Torre
Vogais— Álvaro Cardoso Ascenso dos Santos, João Sequeira Fróis de Figueiredo, Francisco Fernando Barbosa Moreira e Fernando Leal Marques dos Santos.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Francisco Fernando Barbosa Moreira, António dos Santos Almeida e Carlos Manuel Batista Rebocho.

Óbidos

MESA DA ASSEMBLEIA
Presidente — José Gomes Capinha
Vice-presidente — Isabel Maria Ferreira Ribeiro
Secretário — Trindade Maria Silva Pedro Capinha

COMISSÃO POLÍTICA
Presidente — Rui Jaime Vargas Faria Henriques
Vice-presidente — Luís da Silva Almeida
Tesoureiro — Floriano Rodrigues de Almeida
Vogais — Gaspar Jorge dos Reis Ferreira, Edmundo do Livramento Braz, Rui Manuel Ribeiro Gomes Capinha Pedro, Raul Ferreira Martins, José Luís Rocha de Oliveira, Elias Félix Timóteo, João Constantino da Rocha Cordeiro, Horácio Vieira Henriques e António José Faria de Sousa

povo livre

Nova política de saúde mental

A Ministro da Saúde, Leonor Beleza, anunciou a semana passada que o Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, vai ser completamente desactividado até ao fim de 1991.

Ao falar numa conferência de Imprensa destinada a tornar público o projecto de reorganização dos serviços de psiquiatria e saúde mental em Portugal, Leonor Beleza disse que o referido projecto já está em curso, embora a respectiva conclusão demore ainda alguns anos.

A política em curso contempla a eliminação, total, dos seis hospitais psiquiátricos existentes no País (Júlio de Matos e Miguel Bombarda, em Lisboa, Lorvão e Sobral Cid, em Coimbra, Conde Ferreira e Magalhães Lemos, no Porto), estando prevista, em sua substituição, a incrementação de centros de saúde mental, na base de um para cada 300 mil habitantes.

Lisboa, disse a ministra da Saúde, irá dispor de 12 centros de saúde mental, embora continue a dispor, numa fase transitória, dos serviços do Miguel Bombarda, o Porto terá seis daqueles centros, e Coimbra dois ou três.

Leonor Beleza salientou que o modelo ainda em vigor em Portugal da área de psiquiatria e saúde mental, herdado de finais do século passado, está ultrapassado, e salientou que os doentes mentais devem beneficiar de uma maior proximidade da comunidade em que vivem, visando, designadamente, a respectiva reintegração social.

Mulher e poder local

Leonor Beleza considerou, entretanto, desejável «um aumento da percentagem e da participação das mulheres nas autarquias locais».

Ao intervir num seminário sobre a «A Mulher e o Poder Local», Leonor Beleza referiu que «a participação das mulheres deve ser uma tarefa prioritária num partido como o PSD, que se preocupa com a igualdade de oportunidades entre cidadãos.

Beleza afirmou que «o PSD é um partido onde os militantes têm uma palavra a dizer sobre todas as decisões do Partido» e convidou as «militantes e simpatizantes do PSD a aumentarem a sua actividade política».



Leonor Beleza anunciando o projecto de reorganização que abrangerá todo o País

África Austral balanço positivo da visita de Correia de Jesus

Os portugueses residentes na África do Sul, Suazilândia e Zimbabwe vão ver a sua situação melhorada, sobretudo nos capítulos da assistência consular, ensino de português e segurança social. Esta melhoria é consequência da visita de duas semanas que Correia de Jesus, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, efectuou àqueles três países da África Austral.

Nos contactos que estabeleceu, Correia de Jesus apercebeu-se de algumas dificuldades que os nossos compatriotas enfrentam, designadamente no que diz respeito ao isolamento dos portugueses que vivem na Suazilândia, ao ensino da língua e da cultura portuguesas e ao envio de divisas para Portugal.

No que se refere ao primeiro caso, Correia de Jesus determinou a deslocação regular para a Suazilândia de funcionários do Consulado de Portugal no Maputo, de modo a que os portugueses que vivem naquele país africano possam dispor da necessária assistência consular. Além disto, o Secretário de Estado prometeu analisar com a devida atenção a hipótese de nomeação de um Cônsul Honorário em M'Babane, capital da Suazilândia.

Também no domínio do ensino foram feitos consideráveis progressos. A visita do Secretário de Estado à África Austral permitiu fazer o levantamento completo da situação e apontar algumas soluções que serão tomadas a muito curto prazo.

Igualmente em preparação está a criação de um Instituto de Língua e Cultura Portuguesas, na África do Sul. Correia de Jesus aproveitou a sua estada neste País para iniciar os contactos preparatórios com a Comunidade Portuguesa, a principal beneficiária daquela Instituição.

No que diz respeito à Segurança Social, o Secretário de Estado recebeu já das autoridades sul-africanas a sua disponibilidade para negociar a criação de um fundo de pensões para os portugueses, complementar àquele que lhes está a ser pago actualmente na África do Sul.

Também a questão do serviço militar que os jovens portugueses estão obrigados a cumprir na África do Sul foi objecto de análise do Secretário de Estado, que regressou da África Austral com a certeza de que muito pode — e vai — ser feito para melhorar a situação dos 650 mil portugueses que vivem e trabalham na África do Sul, na Suazilândia e no Zimbabwe.

Diálogo social

O secretário de Estado do Orçamento revelou que técnicos do Governo e da CGTP vão estudar, em conjunto, meios para atingir o objectivo da desinflação, «de modo a que possam ser criadas as condições para o desafio do mercado interno de 1992»

Rui Carp, que acompanhou o ministro das Finanças numa audiência a representantes da CGTP, acrescentou que o referido trabalho conjunto surge integrado na política governamental de diálogo com todas as forças sociais e políticas.

Dívidas à EDP

O secretário de Estado da Energia, Ribeiro da Silva, afirmou que as câmaras municipais que a partir do próximo dia 1 de Janeiro deixem em atraso as suas contas à EDP correm o risco de ver o funcionamento cortado.

A EDP vai, segundo aquele governante, enviar uma circular às autarquias em falta, responsáveis por uma dívida da ordem dos 150 milhões de contos. O Conselho de Ministros vai analisar, em breve, um plano de financiamento das autarquias, para o pagamento daquelas dívidas.

Ribeiro da Silva considerou, entretanto, insustentável a posição espanhola de pretender um agravamento dos custos devidos pela passagem na sua rede da electricidade importada de França. Segundo Ribeiro da Silva, Espanha está a assumir uma atitude de proteccionismo primário.

Cônsul em M'Babane

O secretário de Estado das Comunidades, que a semana passada regressou de uma viagem de catorze dias a três países da África Austral, anunciou que Portugal vai ter, em breve, uma cônsul honorário em M'Babane, capital da Suazilândia. Os outros países visitados foram a África do Sul e o Zimbabwe.

Correia de Jesus reconheceu que as comunidades portuguesas residentes naqueles países têm problemas de isolamento, em especial no Zimbabwe e na Suazilândia, mas salientou que Portugal vai reforçar a sua cobertura na área. Anunciou, por outro lado, que o Governo português abrirá, a curto prazo, um centro de cultura portuguesa em Joanesburgo.

Deus Pinheiro na Turquia

O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, regressa hoje da Turquia, onde efectuou uma visita oficial de três dias, no decorrer da qual se avistou com o seu homólogo Mesut Yilmaz, com o presidente Kenan Evren e com o primeiro-ministro Turgut Orzal.

As relações económicas bilaterais estiveram em foco nesta deslocação de Deus Pinheiro à Turquia, de que daremos pormenores na próxima edição do «Povo Livre».

IPSD INSTITUTO PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA
Francisco Sá Carneiro

Ciclo de Conferências **PENSAR A EUROPA**

«A INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO EUROPEIA»
por JUAN LUIS CÉBRIAN
Sexta-feira, 9 de Dezembro, 21.00 h. no Lisboa Penta Hotel

«O TERCEIRO ANO DE INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE»
por VÍTOR MARTINS
(Secretário de Estado da Integração Europeia)
Quinta-feira, 15 de Dezembro, 21.00 h. no Fórum Picoas